



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SOCIOLOGIA
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

ANA BEATRIZ DA COSTA MARTINS

**O “LAR BETÂNIA” COMO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ÀS
CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA – AP.**

MACAPÁ – AP

2021

ANA BEATRIZ DA COSTA MARTINS

**O “LAR BETÂNIA” COMO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ÀS
CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE
SANTANA – AP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. David Júnior de Souza Silva

MACAPÁ – AP

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA BEATRIZ DA COSTA MARTINS

O “LAR BETÂNIA” COMO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ÀS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO MUNICÍPIO DE SANTANA – AP

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. David Júnior de Souza Silva
(Orientador)

Prof. Dra. Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães
(Avaliadora)

Prof. Miriam Carvalho da Silva
(Avaliadora)

Prof. Me. Luciano Magnus de Araújo
(Avaliador)

MACAPÁ – AP

2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida, por guiar meus caminhos e me dá toda a força e proteção necessária para alcançar os objetivos que tenho traçados em meu coração.

Agradeço e também dedico este trabalho aos meus pais Ana Maria e Teodomiro que são a maior potência de amor que existe em minha vida, eles que sempre fizeram tudo o que estava ao alcance para que eu pudesse ter acesso à educação e nunca desencorajaram meus sonhos.

À minha irmã Ana Flávia por seguir firme ao meu lado em todas as etapas de minha vida, inclusive e principalmente na graduação, onde estivemos juntas e sendo apoio uma para a outra.

Agradeço aos profissionais e especialmente às Irmãs do Lar Betânia que durante todo o período da pesquisa de campo me acolheram com tanta receptividade e confiança. À Lara, por ter me dado a oportunidade de conhecer a sua história e me permitir colocá-la neste trabalho.

À Geane Cardoso, minha irmã de alma que foi como uma luz no início dessa caminhada na Sociologia, incentivando e dando ideias para a efetivação desse trabalho quando ele ainda era só um “rascunho”.

Aos meus amigos, por serem na minha vida essa rede de afeto e felicidade constante, e por tantas vezes terem acreditado em mim bem mais do que eu mesma.

Um agradecimento mais que especial ao meu orientador David Silva, por ter aceitado me acompanhar no processo de escrita desse trabalho, por toda a sua generosidade, humanidade e escuta atenciosa.

Por fim, agradeço à UNIFAP, por ter me permitido viver tantas experiências nesses 4 anos de graduação onde a instituição foi literalmente minha segunda casa e fonte de apoio para realizar sonhos que não seriam possíveis se não fosse por intermédio da mesma. Aos professores, o meu muito obrigada por todo conhecimento repassado que contribuíram para a minha vida acadêmica e pessoal.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo traçar uma discussão acerca do abuso sexual contra crianças que se dá dentro do ambiente familiar, um modelo de violência que se apresenta pautada em tabus, segredo, opressão e dominação. A construção da infância dentro de uma lógica histórica e social é um fator importante para compreensão de como ela acaba sendo bombardeada por ideias de passividade, irracionalidade e subalternidade que acabam por direcionar esse grupo a um cenário de diversos tipos de violência. Dentro dessa discussão a Sociologia da Infância é campo teórico fundamental deste trabalho afim de compreender toda essa problemática. Como caminho metodológico é realizada uma pesquisa de campo na Casa de Acolhida Marcelo Cândia, popularmente conhecida como Lar Betânia localizada no município de Santana -AP que atua no amparo à meninas de 9 a 17 anos que vivem em estado de vulnerabilidade social ou que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Foi realizado uma entrevista com uma jovem de 18 anos que estava em processo de saída do Lar, através do seu relato foi possível perceber que esse tipo de violência se perpetua através do pacto do silêncio e como o ambiente familiar se distancia da lógica de proteção e afeto, por conta disso, o Acolhimento Institucional se apresenta como caminho para garantir que a vítima possa viver em segurança, tendo seus direitos garantidos, embora ainda apresente dificuldade de ser mantido por conta da não atuação do poder público.

Palavras-chave: Infância. Lar. Abuso sexual

SUMÁRIO

1	Introdução	7
2	A construção histórico social da infância e da família	11
2.1	A infância num contexto histórico e a atuação da Sociologia da Infância	11
2.2	A família num contexto histórico e as relações atuais	16
3	O cenário brasileiro de políticas públicas para a infância e a educação sexual como mecanismo de prevenção ao abuso sexual.....	20
3.1	O processo de construção da cidadania das crianças	20
3.2	Educação sexual: um cuidado com a infância	24
3.3	O profissional da educação no combate ao abuso sexual	27
4	A atuação do lar betânia no município de santana-ap no apoio às crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar.	31
4.1	O histórico de uma sociedade violenta e a interligação com o abuso sexual	31
4.2	O lar betânia como ação da sociedade civil	35
4.3	Uma história infantil e as experiências no lar	41
5	Considerações finais	49
	REFERÊNCIAS	51
	Anexo 1 – Entrevista Lara	53
	Anexo 2 – Entrevista com a assistente social do Lar Betânia.....	59
	Anexo 3 – Entrevista com a irmã coordenadora do Lar Betânia.....	64
	Anexo 4 – Entrevista coletiva (na presença da assistente social) Casa Azul.....	67

1 INTRODUÇÃO

Se analisarmos a infância num contexto histórico, veremos que a importância dada a ela acaba sendo bastante tardia. Compreendê-la a partir das diversas problemáticas que as envolve foi um passo muito importante que a Sociologia da Infância deu, e aqui neste trabalho uma dessas problemáticas é ressaltada: o abuso sexual intrafamiliar contra crianças.

Por se tratar de um tipo de violência que ocorre em um ambiente tão próximo e tão importante para as crianças, a família, esta chama atenção por suas características de dominação e dificuldade de romper com esse ciclo que acaba se perpetuando por vários anos da vida infantil. As consequências disso serão analisadas nesse trabalho a partir da narrativa de uma vítima de abuso sexual.

Quando se pensa na ideia de proteção, afeto e confiança, é completamente automático que venha na memória, seja de adultos ou de crianças, o ambiente familiar, o lar onde essas pessoas habitam e compartilham suas primeiras experiências, onde teoricamente são ensinadas sobre “afeto”, proteção, cuidado. Contudo, essa problemática do abuso sexual intrafamiliar acaba por nos guiar para um pensamento diferente desse que socialmente se construiu, a casa e o ambiente familiar sendo um lugar hostil, um ambiente perigoso, violento, traumático para as crianças que sofrem esse tipo de violência.

A temática desse trabalho surge da percepção que dentro do campo da Sociologia durante muitos anos as crianças foram marginalizadas (CORSARO, 2011, p. 18). Essa marginalização da infância resulta num distanciamento à questões particulares da infância que dizem respeito a interação social que essa tem, principalmente por ser concebida dentro de uma lógica de subordinação que constantemente pode fazer com que as percepções, atuações e vivências das crianças sejam ignoradas. A Sociologia da Infância busca então fazer o sentido contrário do que vinha sendo apresentado até então, buscando encarar esse grupo como parte do processo social, enxergando essas crianças como atores sociais rodeados por diversas problemáticas que antes não se dava a devida atenção, tal qual o abuso sexual.

A violência sexual intrafamiliar contra crianças se assegura num modelo de hierarquia que acompanha toda a história da vida infantil. O lugar da criança, ao longo da história, foi desenhado como lugar de objeto, de incapaz, de menor valor (FALEIROS, 2007, p. 37), ao analisar o relato da vítima, apresentado neste trabalho no terceiro capítulo, percebe-se que a forma como o abuso sexual se impõe é firmada nesse sentimento da vítima como um objeto e é perceptível que o abusador encontra na criança uma forma de manter tais práticas sexuais cruéis, sabendo que dificilmente a vítima contestaria, tendo em vista a relação de confiança e

obediência que crianças tem em relação aos adultos, principalmente quando estes fazem parte do ambiente familiar.

A emergência então por traçar maneiras de dá conta dessa problemática faz parte do papel da Sociologia da Infância que é o caminho teórico-metodológico central desse trabalho, onde através da mesma o debate apresentado é fundamental para a compreensão e análise dos fatos colhidos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada entre o final do ano de 2018 até final do ano de 2019 num abrigo localizado no município de Santana - Amapá, que se chama Casa de Acolhida Marcelo Cândia, popularmente conhecido como “Lar Betânia” e por conta disso será apresentado durante todo o trabalho dessa maneira. O abrigo foi fundado em 2010 após perceber na sociedade santanense a necessidade de locais que acolhessem crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de abuso sexual intrafamiliar ou que estão em situação de vulnerabilidade social no município, a faixa etária de meninas acolhidas é de 09 à 17 anos. Todas as entrevistadas deram anuência para participar da entrevista assinando termo de consentimento livre e esclarecido e todos os nomes próprios foram substituídos por nomes fictícios para preservar a identidade das participantes.

Ele é coordenado por uma Congregação religiosa da Igreja Católica chamada Irmãs Discípulas de Jesus Eucarístico e não possui qualquer fim lucrativo. O objetivo da pesquisa de campo era coletar as narrativas das meninas abrigadas no lar que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar, dado o fato de que as vozes dessas crianças são fundamentais para que se entenda a violência num contexto onde a vítima seja priorizada e até mesmo para que se crie cenários onde a criança possa ter esse protagonismo a respeito de sua história, contudo, não foi possível realizar esse trabalho desta maneira porque se tratava de realizar entrevistas, coletar dados com meninas menores de idade, que estavam sob a proteção judicial.

Contudo, existia no Lar uma jovem de 18 anos que mesmo tendo alcançado a maioridade, permaneceu dentro da instituição e através do contato com a assistente social que apresentou a proposta desse trabalho a ela, foi realizado então essa coleta de informações acerca da violência sofrida quando ainda era criança e a vivência que a mesma tinha dentro do lar, o processo de adaptação, as dificuldades encontradas, as perspectivas de vida que se tinha nesse contexto de saída do ambiente que por anos foi seu local de “proteção”. Levando em consideração o fato de que o abuso sexual contra crianças e adolescentes é um problema social que merece uma maior atenção por gerar danos físicos e emocionais nas vítimas e manter uma

ordem de dominação sobre a criança foi pensado quais são as medidas tomadas por parte do poder público em relação a esse tipo de violência.

O caminho traçado para coleta desses dados se deu a partir de entrevistas semi estruturadas para cada grupo entrevistado (Irmã Coordenadora do Lar; Assistente Social do Lar; Entrevista coletiva com as meninas menores de idade, sob a presença da assistente social; Entrevista com a jovem de 18 anos abrigada no Lar; exatamente nesta ordem). Todas as entrevistas foram gravadas, ocorreram em dias alternados, todas de acordo com diálogos estabelecidos com a assistente social. Com relação à entrevista realizada com as meninas menores de idade, as perguntas foram direcionadas para a vivência que essas tinham dentro do lar, nada que pudesse direcioná-las a falarem sobre a violência sofrida, seguindo as orientações repassadas pela assistente social e respeitando também o fato de estarem sob proteção judicial. Em relação a entrevista com a jovem de 18 anos, ainda que tenha sido consentida pela vítima e também pela instituição, seu nome será apresentado de forma fictícia.

A partir dos dados colhidos nas entrevistas, foi possível traçar uma discussão acerca das consequências deixadas à criança vítima de abuso sexual, essas que se dão de forma física e emocional. Por manter uma ordem de dominação sobre a criança foi pensado quais são as medidas tomadas por parte do poder público municipal em relação ao apoio às vítimas abrigadas no Lar Betânia e como tem sido sua atuação no combate a esse tipo de violência, o que se pôde perceber que caminha ainda em passos lentos esse suporte. Assim como foi possível perceber que o abuso sexual contra crianças se perpetua sob a lógica do pacto do silêncio.

Sendo assim, este trabalho se divide em 3 capítulos, o I Capítulo intitulado *A construção Histórico Social da infância e da família* tem como objetivo apresentar a infância numa linhagem de tempo que são importantes para o diálogo e conhecimento de como a infância se constrói, apresentando pontos que são significativos para entendermos o contexto atual e ainda perceber como a lógica *adultocêntrica* retardou de forma profunda o processo de percepção destes indivíduos como seres atuantes, partes da sociedade. E ainda discute como a família se organiza em torno da infância, como essa instituição traz consigo uma forte influência sobre essa etapa da vida humana e como esta pode romper com a lógica de “ambiente seguro” para crianças.

No II Capítulo intitulado *O cenário brasileiro de políticas públicas para a infância e a Educação Sexual como mecanismo de prevenção ao abuso sexual*, apresento o processo de construção da cidadania de crianças e como a garantia de direitos foi fundamental para ampliar o debate acerca das problemáticas presentes na vida desses indivíduos, dentre elas a violência

sexual intrafamiliar. As ações do Estado para frear e garantir que crianças possam viver uma vida digna são apresentadas, assim como as deficiências políticas e sociais a respeito desse tipo de violência, uma dessas deficiências consiste na dificuldade encontrada para a Educação Sexual atuar como mecanismo de prevenção ao abuso sexual.

E o III Capítulo intitulado *A atuação do Lar Betânia no município de Santana- AP no apoio às crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar* tem como objetivo traçar uma discussão acerca de um cenário que acaba favorecendo para que violências como o abuso sexual intrafamiliar contra crianças sejam perpetuadas. Tem também o objetivo de mostrar como o acolhimento institucional é fundamental nos casos de abuso sexual intrafamiliar e, como forma de romper com esse silenciamento que gira entorno dessa temática, o relato da vítima presente neste trabalho é o pilar para o entendimento do que está por trás desse tipo de violência e como se pode contribuir para que essas vítimas sejam também acolhidas pelo poder público no processo de permanência e também de saída do acolhimento institucional.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO SOCIAL DA INFÂNCIA E DA FAMÍLIA

2.1 A INFÂNCIA NUM CONTEXTO HISTÓRICO E A ATUAÇÃO DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

A sociedade como um todo passa por diversos momentos, diversas etapas que são consideradas primordiais para a construção do mundo, quando se trata dos processos que a vida humana enfrenta, o primeiro deles é a infância, palco das mais diversas descobertas e atualmente recebido maior atenção por parte da sociedade, porém é importante frisar que o contexto histórico nos mostra que essa realidade nem sempre foi concebida desta maneira.

Segundo Philippe Ariés (1986), essa fase da infância era algo não tão bem definida na sociedade,

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média (ARIÉS, 1986, p. 10).

A forma de perceber a infância no período medieval era atrelando a um breve momento da vida das crianças, este que não seria responsável por deixar fortes recordações, por isso não se dava a devida importância a essa fase. Esta forma de percepção acaba sendo bem problemática se analisarmos que até mesmo o vínculo familiar se tornava algo totalmente inviável já que as crianças eram afastadas rapidamente das suas casas para desempenharem as tarefas da vida adulta, e as relações de afeto não eram possíveis de construir.

É importante pensar o quão fragilizado ficou esse primeiro contato de crianças com o mundo, no sentido de que a elas todo esse aparato recebido atualmente, seja de saúde, educação ou segurança, foram negados. A educação como fator primordial da vida humana sequer era concebida num primeiro momento dentro de salas de aula, num espaço de ensinamento e convivência. Não existia um modelo educacional, mas sim um modelo de aprendizagem que se dava no dia a dia, de forma bastante informal.

Em todos os cenários medievais o que se tinha era essa invisibilização da infância de tal maneira que não havia essa diferenciação do que era “coisa de adulto” ou “coisa de criança” como se vê atualmente na sociedade. Até mesmo na arte se vê a ausência de representações infantis, no sentido de que tudo era muito “*adultizado*”.

No mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas (ARIÉS, 1986, p. 51).

A partir disso é necessário destacar que a arte, ao final do século XIII, foi um fator essencial na construção da importância de perceber as diversas fases da infância e principalmente tratá-la como um momento particular da vida humana. Embora essa percepção não tenha surgido a partir da ideia de infância repleta de significados e vivências importantes tais quais a fase da adolescência e vida adulta.

Essa descoberta da infância é perceptível a partir da moral, do cuidado excessivo que deveria ter com as crianças. E daí surge o termo “paparicação”¹ que fortalece a ideia de carinho, porém mais ligado a uma forma de entretenimento já que essas eram também vistas como uma forma de distração.

Mesmo que dessa maneira, as crianças passam a ser percebidas, e até mesmo são retratadas em quadros que já apresentam traços próprios desta fase. Nos retratos de famílias essas crianças passam a ser desenhadas como centrais naquele ambiente, totalmente diferente do primeiro momento onde a atenção não se voltava para esses indivíduos. Segundo Ariés (1986),

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII” (ARIÉS, 1986, p. 65).

Como é possível perceber, até mesmo nos avanços que se tem a respeito da infância esta é percebida como um fator passivo às ações da sociedade, um exemplo disso é o que fora aqui apresentado, essa constante absorção de características do mundo adulto. Apesar de que com toda essa discussão apresentada é possível perceber claramente a preocupação do autor em apresentar a infância como uma construção social, e quando se fala em construção social é necessário destacar que cada sociedade vive um grande processo de mudança e para a análise desses processos é necessário que cada fator seja analisado minuciosamente. Sendo assim, as crianças devem ser analisadas com tudo aquilo que as envolve, seus instintos, suas vontades, suas percepções, suas vivências em geral.

¹ Esse termo está totalmente atrelado a ideia de encontrar nessas crianças uma forma de passatempo, divertimento, como bem se pode perceber neste trecho: “M de Sévigné confessa, não sem uma certa afetação, que passava longo tempo se distraíndo com sua netinha: “Estou lendo a história da descoberta das índias por Cristóvão Colombo, que me diverte imensamente; mas vossa filha me distrai ainda mais. Eu a amo muito... Ela acaricia vosso retrato e o paparica de um jeito tão engraçado que tenho de correr a beijá-la (ARIÉS, 1986, p. 158).

Embora a infância tenha ganhado seu papel como uma fase da vida, um dos pontos que pretendo abordar neste trabalho é o fato de como surge o debate acerca desse assunto dentro da Sociologia.

A forma como a infância é encarada sob o olhar da Sociologia também passa por uma série de mudanças e debates, dentre esses destaca-se o de Qvortrup (1991) que vê a infância como integrada à sociedade (CORSARO, 2011, p. 43). Dentro desse olhar, assim como a vida adulta a infância é também ativa dentro do processo social, está exposta às mais diversas situações e direta ou indiretamente contribui para essa grande interação e mudança social, sofre as mais diversas influências e cada indivíduo traz consigo percepções, vivências que devem ser tratadas como importantes tal qual se valoriza as vivências da vida adulta.

Essa lógica de valorização da infância como uma necessidade dentro do contexto social é emergente em diversos trabalhos, mas muitos são os desafios para que de fato isso aconteça, dentre eles está o fato de que há dentro da sociedade uma atenção que se dá de forma absurda à muitas questões que envolvam não somente a vida dos adultos, mas suas necessidades, suas problemáticas, os fatores que envolvam outros grupos, mas não a infância (NASCIMENTO, 2011, p. 203). O resultado disso é o fato de não se encarar a infância como uma estrutura presente na sociedade que precisa urgentemente romper com esse sentimento de subalternidade.

Dentro do campo das Ciências Sociais há uma variedade de discussões acerca de uma infinidade de temas, contudo, o debate acerca da infância, da criança, demora a ocupar um espaço significativo nessa área. É somente a partir de 1980 que os debates começam a acontecer, de forma bastante lenta, mas acompanhando o processo de mudança que o mundo vivenciava, a industrialização é um marco dessas mudanças que resultou em uma série de problemáticas que passaram a influenciar também a infância, dentro disso estava o trabalho infantil, a exploração de crianças e as problemáticas que emergiam dentro do seio familiar.

O retardamento desses debates ocorre por conta do próprio papel histórico e social que a criança até então ocupava na sociedade. O fato de existir um pensamento que engloba as crianças como seres pacíficos dentro do contexto social faz com que não haja um diálogo ativo com todas as vivências e percepções desse grupo, e por conta disso estes ficaram marginalizados no debate sociológico por um longo tempo.

A mudança que possibilitou novas discussões a respeito deste tema surge a partir do momento em que esses indivíduos passam a ser diferenciados dos adultos e, se há uma diferenciação, existe também uma necessidade urgente de entender as demandas destas

crianças, compreender os problemas sociais que as afetam e, principalmente, construir um novo modelo de infância, atuante no contexto social.

Partindo desse ponto é importante frisar que a Sociologia entra nesse debate acerca da infância indo na oposição do modelo que se tinha até então na sociedade, e ela se detém principalmente em analisar o processo de socialização que leva a criança a se tornar de fato um ser social. (CORSARO, 2011, p. 19). Só que a construção desse ser social está totalmente emergida dentro de um sistema tradicional de estudos que na maioria das vezes concebiam as crianças como passivas a toda a movimentação social. A crítica a esse modelo tradicional e excludente faz com que as análises se voltem na contramão do que até então vinha sendo imposto como caracterização da infância na sociedade, baseando-se nas ideias interpretativas e construtivistas (campos que veem que as crianças vivem em constante interação, absorvendo e recebendo influência do meio) a infância passa a ser encarada dentro de um campo específico, o da Sociologia da Infância, que encara esses indivíduos como grandes atores sociais.

As causas que envolvem as crianças e ganham debate dentro da Sociologia são incontáveis, seja casos de violência, educação, maus tratos, ou até mesmo análises sobre socialização. E estas fazem com que haja uma grande contribuição para a criação de uma estrutura social que visa estabelecer melhorias para essas crianças, o que na verdade não vem a ser benefícios somente para este grupo, mas para a sociedade como um todo.

Além dos problemas sociais que envolvem as crianças e que são perceptíveis na sociedade, a Sociologia da Infância já não se contentava mais apenas com o modelo padronizado de infância que existira, este que não acompanhou as mudanças que afetavam o meio infantil, tais quais as diferenças de classe, de gênero, violência, etc. Problemas que até então não vinham sendo questionados.

Sendo assim, a modernidade acabou se tornando essencial para a compreensão de como a Sociologia da Infância ganha espaço, rompendo com a lógica de um parâmetro tradicional abordado e tentando se firmar perante os novos desafios que surgiam para se analisar a infância.

Nesse processo, é importante ressaltar que não foi tão fácil traçar um novo modelo de infância, aproximar a Sociologia desse campo exigiu um grande esforço, tendo em vista que

As teorias sociológicas da infância devem se libertar da doutrina individualista que considera o desenvolvimento social infantil unicamente como a internalização isolada dos conhecimentos e habilidades de adultos pela criança. (CORSARO, 2011, p. 31)

Traçar esse novo caminho é uma maneira de perceber as crianças como seres ativos na sociedade e com isso colocá-las como grandes protagonistas da sua história, no sentido de

perceber as situações que as rodeiam e considerar como importantes suas próprias interpretações e vivências.

É muito comum na sociedade ouvir a frase clássica: “ela é uma criança, não sabe o que fala”, isso soa muito como uma maneira de invisibilizar as vivências da infância. Se este é um processo de construção individual e social, como não levar em consideração aquilo que estes indivíduos têm a dizer? Dialogando com a temática deste trabalho, a violência sexual intrafamiliar, é importante ressaltar que estes comportamentos da sociedade em relação ao “ser criança”, à infância, traz uma problemática enorme para as vítimas, no sentido de não serem escutadas quando relataram a violência sofrida dentro de casa, por terem suas dores reduzidas a nada somente pelo fato de “serem crianças e não saberem o que falam.”

Dialogando com essa invisibilização da fala é importante destacar que a vida social se organiza através do discurso, é a narrativa que muitas vezes acaba tendo um valor descritivo sobre diversas etapas da vida, inclusive a infância. E o grande ponto de partida desse trabalho é a priorização desse discurso, não na voz de terceiros que muitas vezes são equivocados e não tem cunho representativo para os atores principais, mas sim na voz das meninas vítimas de violência sexual intrafamiliar, com o sentido de encorajar o rompimento do pacto de silêncio.

Da forma como tem sido apresentado os estudos a respeito da Sociologia da Infância é possível perceber que na medida em que a sociedade traça novos caminhos e passa a perceber a infância e buscar certas melhorias para estes indivíduos, ela também acaba regredindo por ainda na contemporaneidade não se desvencilhar de ideias que foram construídas no período medieval, de encarar a infância sob a lógica de que esses indivíduos vivem constantemente em estado de irracionalidade (ARIÉS, 1986, p. 146), esta que acaba por contribuir para um modelo de infância que se vê a parte do processo social.

Esse pensamento de imaturidade biológica presente na sociedade afasta a necessidade dos meios institucionais presentes na infância de percebê-la como uma estrutura, que embora seus membros passem por essa fase e se tornem jovens, adultos, a infância não acaba no contexto social, ela permanece e vive em constante movimento. Se tratando dessa estrutura social, é importante ressaltar que os acontecimentos desta fase têm um valor imensurável na vida desses futuros jovens e adultos, por isso a emergência de tratar a problemática da violência sexual intrafamiliar que não afeta a criança durante determinado período, as consequências de tais atos perpetuam pelo resto da vida, e trazem uma série de sequelas que refletem na vida individual e social de cada criança.

Traçando um caminho a partir desse viés de pensamento, também analisaremos aqui as relações familiares e como essa ideia de irracionalismo, primitivismo giram em torno da criança. Como essas foram concebidas dentro de suas famílias no decorrer da história e como se deram essas relações até os dias atuais.

2.2 A FAMÍLIA NUM CONTEXTO HISTÓRICO E AS RELAÇÕES ATUAIS

O modelo iconográfico que Ariés (1986) apresenta nos mostra uma visão muito completa de tudo aquilo que engloba as primeiras percepções acerca do sentimento de infância e como dentro disso o sentimento de família está totalmente ligado.

Dentro da iconografia a representação que o autor fez acerca das idades da vida é demonstrada a partir da história de uma estrutura familiar, e isso inclui as fases que seus integrantes passaram: infância, juventude, a vida adulta, até chegar a velhice. Todo esse movimento da vida é organizado dentro de uma estrutura familiar.

Então como se pode perceber a família esteve presente desde os tempos medievais, o que não existia de forma concreta era esse sentimento familiar. Quando se pensa na ideia de família é comum que surjam (pelo menos na maioria das vezes) aquelas cenas harmoniosas, cheias de afeto, de reciprocidade. Pensar em família é desassociar-se de uma superficialidade de sentimentos, contudo, o sentimento de família não se construiu dessa maneira ao longo dos anos.

Até então a realidade que norteava essa ideia de família estava envolvida em questões morais e sociais, mas nada que envolvesse relações afetuosas. Era possível observar isso na estruturação familiar que se dava de forma diferente para cada grupo, já se tinha a questão da diferença entre classes familiares. Em famílias mais pobres os vínculos eram bastante fragilizados já que o convívio dentro das suas casas não era possível, dado o fato de que estes só existiam com o intuito de terem sua mão de obra explorada em locais específicos. Enquanto que para as pessoas que tinham uma vida econômica e social pautada na riqueza, quando se pensava na ideia de família se associava ao patrimônio, aos bens e principalmente, a tradição de sempre honrar o nome da família (ARIÉS, 1986, p. 231).

Os primeiros registros iconográficos que surgem têm mais a ver com um retrato não muito harmonioso, pouco ligado com a vida cotidiana, com as vivências do dia a dia atreladas ao trabalho. Isso só muda a partir de meados do século XVI, onde começam os registros de momentos compartilhados harmoniosamente em família.

A iconografia ajudou a entender bem as relações familiares. Em todos os quadros se tem uma real representação do cotidiano familiar, em muitos o foco se voltava para a criança, de tal

maneira que a construção dessa ideia de perceber a família está atrelada ao ato de perceber também a infância. Bem como apresenta Ariés (1986, p. 2010), “o sentimento pela infância, que analisamos no início deste livro, não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família”.

O movimento de mudança em relação às crianças fez com que a própria família se modificasse com o passar dos anos. O fato de terem dado devida importância para a infância (ainda que depois de muito tempo) alimentou a ideia de cuidados, de uma “rede de proteção” que não se formaria longe do seio familiar, indo em contraposição a ideia de famílias medievais que não viam problema em manter as crianças afastadas da casa de seus pais. Inicia então o pensamento de que estas não podem mais ser entregues aos cuidados de terceiros. Desta maneira, passa a existir dentro do núcleo familiar uma grande preocupação com tudo aquilo que envolve o futuro da criança, sua saúde e educação.

A partir disso é possível dizer que a família se constituiu a partir dessa linhagem sanguínea, do ponto de vista biológico, e socialmente se firma na ideia construída dentro da sociedade de que essa relação, esse ambiente de construção é a base de segurança da vida de uma pessoa, e ainda é moldada pelo patriarcalismo. É interessante pensar essa ideia porque mesmo a Idade Média caminhando para um distanciamento desse sentimento de proteção em relação ao núcleo familiar, se analisava como as relações eram constituídas dentro desse ambiente,

A família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquiva da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam (ARIÉS, 1986, p. 213).

Há então uma linha tênue entre rede de proteção e opressão. É importante ressaltar isso porque esse trabalho surge da necessidade de analisar as relações familiares das vítimas de abuso sexual intrafamiliar, até que ponto esse ambiente, essa casa, essa família protegem? Principalmente para as meninas vítimas esse ambiente deixou de ser um local que acolhe, que protege, e passou a ser o ambiente que viola, que oprime. E em que momento alguns membros familiares veem esse espaço como favorável para a violência e opressão?

Se formos analisar, o contexto familiar é também muito problemático ao se constituir num modelo totalmente hierárquico. Um exemplo disso é a transição da família medieval para a moderna que se apresenta dentro de um cenário totalmente violento em relação a vida da mulher que passou a perder totalmente a sua autonomia no seio familiar, essa que antes atuava

ajudando nas atividades, desenvolvendo o papel central em caso de perda dos pais ou até mesmo doença, com a instauração da família moderna isso se torna mais difícil de acontecer.

Segundo Ariés (1986), o que passa a existir então é uma monarquia doméstica. E em uma outra perspectiva, as famílias passam então a se constituir num modelo de dominação, este que fora responsável por afetar totalmente as relações até então “harmoniosas”.

No contexto brasileiro, as famílias acabam seguindo o mesmo molde que até então fora abordado neste tópico, um dos precursores na análise das relações familiares regidas pelo modelo patriarcal foi Gilberto Freyre. No período colonial o grande modelo de estrutura familiar se dava com a presença do pai, mãe, filhos e os empregados. Cabia ao homem, chefe da casa, manter a ordem e administrar todas as ações do ambiente familiar.

Essa presença do patriarcalismo na família foi um ponto crucial que os “pensadores da brasilidade” encontram no século XX para entender a população brasileira, como esse modelo acabava por ter muita influência no contexto socio econômico da época, a família neste período já poderia ser vista como essa estrutura de poder e prosperidade.

E desde esse período, já haviam críticas severas ao modelo de família patriarcal, já se reivindicava um molde de família moderna, liberta de todos esses traços que até então o modelo vigente apresentava. Inclusive, é importante frisar como se constitui essa imagem do patriarca, em seu trabalho Parry Scott (2005) destaca que

O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo doméstico extenso e poderoso cujas semelhanças estruturais com o novo Estado centralizador no Brasil valorizam a capacidade dos homens de mandar e de integrar os outros sob sua liderança (SCOTT, 2005, p. 10)

Seguindo o modelo de família patriarcal, é necessário destacar que nesse momento este era o modelo mais favorável para as condições de desenvolvimento da sociedade. Num outro momento marcado pelo pós guerra, entre a década de 40 até 50 surge uma outra necessidade, para todos os países se tinha a emergência de adequação para se enquadrar no modelo capitalista de desenvolvimento e dentro disso muitas mudanças tinham que acontecer.

Uma dessas ocorre dentro da família, esta que até então tinha como grande característica a sua extensão, a valorização da figura do pai para manter a ordem tanto interna quanto externa. Num cenário pós guerra os espaços para estas configurações já não eram possíveis, as famílias teriam que dá espaço para

A diminuição do tamanho da família, a nuclearização dos grupos domésticos e o fim anunciado das famílias grandes tradicionais. Desta perspectiva, a família nuclear é um ponto de chegada, e a mudança faz parte de uma tendência inevitável que acompanha a urbanização, o que ocorre no mundo desenvolvido e que ocorrerá também nos países

em desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Ao prosseguirem no caminho do desenvolvimento, as famílias não serão mais extensas e patriarcais, tornando-se unidades pequenas e mais democráticas melhor adaptadas às condições urbanas! (SCOTT, 2005, p. 13)

É possível observar a partir dessas abordagens que a família brasileira se constrói num cenário de muitas adaptações ao contexto social e como essas relações acabam sendo afetadas negativamente. Essas mudanças acabam por ser significativas para entender toda a expansão que temos atualmente dos mais variados tipos de famílias, mas principalmente compreender como um modelo tão antiquado como o patriarcal acaba ainda hoje tendo influência na constituição das famílias.

Essa relação pautada na ideia patriarcal alimenta uma série de violências que meninas sofreram e ainda sofrem por parte dos homens que atuam dentro do seio familiar com a ideia de força, poder e, principalmente obediência, já que estes são integrantes do ambiente familiar e devem ser respeitados.

Esse modelo de dominação acaba afetando de forma direta a vida das crianças, dentro do núcleo familiar os primeiros a terem voz e serem escutados são os adultos, os últimos a receberem credibilidade na fala, são as crianças. Isso porque ainda se tem a ideia de que estes seres “frágeis” são incapazes de terem um discernimento sobre as situações que os cercam, é nessa fragilidade de pensamento que a perpetuação da violência sexual intrafamiliar se difunde.

É curioso pensar que um ambiente que se origina a partir da percepção de cuidado que se deve ter com as crianças, tenha se tornado um ambiente muito hostil e longe da ideia de lar que acolhe, para meninas que são vítimas de violência sexual intrafamiliar.

3 O CENÁRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL.

3.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DAS CRIANÇAS

A história dos direitos humanos começa com a Revolução Francesa, com a Declaração dos direitos do Homem, os primeiros direitos a serem instituídos são os direitos políticos, civis e sociais (ALMEIDA e SILVA, 2020, p. 120). No século XX existe uma ampliação do escopo dos direitos humanos, atendendo agora o direito das mulheres, dos idosos, dos LGBT's e também os direitos da infância.

Dentro dos Direitos Humanos a cidadania da criança passa a ser um foco específico e, portanto, exige-se que os países tenham nas suas constituições o compromisso com a defesa dos direitos das crianças e que institucionalizem políticas públicas para que se garanta a proteção integral deste grupo.

O cenário brasileiro que antecede a década de 80 pode ser analisado como um grande ambiente de ausência da participação da sociedade, democraticamente falando. O golpe militar de 1964 foi responsável por consolidar essa ausência, a sociedade atravessava um momento da história marcado pela repressão que fazia com que o direito à liberdade de expressão fosse cada vez mais sucumbido.

A população brasileira vivenciou esse momento sombrio por 21 anos e somente com o fim do golpe militar em 1985 que o país passou a vivenciar uma nova fase. Essa nova fase foi marcada pela elaboração da Constituição de 1988, saindo de um cenário autoritário para um modelo democrático, emergiu na sociedade uma grande mobilização em torno da defesa de direitos que até então não existiam.

Diversas foram as bandeiras de lutas que passaram a ganhar espaço no novo contexto histórico brasileiro, entre elas a luta pelos direitos das mulheres, direitos de pessoas idosas, população negra (FALEIROS, 2010, p. 17), e somando a estes ocorre também uma grande mobilização em torno da luta por direitos de crianças e adolescentes. Até então, estes eram uma pauta que pouco ou nada se debatia, com uma visibilidade totalmente inexistente num perfil cidadão, muito por conta do modelo em que a infância era vista socialmente.

Dentro dessa reivindicação é necessário destacar o papel fundamental da democracia no sentido de que através dela as necessidades da sociedade passaram a ser ouvidas e somente por esse viés foram construídos planos, atividades, articulações de combate a violência sexual de

crianças e adolescentes. Um dos primeiros avanços que aqui podem ser mencionados é a atenção dada por parte da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227 que apresenta:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988)

Dentro das emergências que a Constituição apresenta, o fato das crianças e adolescentes ganharem essa atenção pode se configurar como o início da construção da cidadania de um grupo que anteriormente a essa visibilidade era tratado sob um olhar subalternizado. Esse foi o primeiro passo para compreender as reais necessidades desses direitos serem efetivados dado o fato de que posterior a isso há novas iniciativas para combater toda forma de negligência com a infância, dentre essas negligências está a violência sexual contra crianças, será apresentado nesse trabalho como a criação do Plano Nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes contribui de forma significativa para essa luta.

Mas anterior a essa discussão, é interessante pensar nessa movimentação da sociedade que se une a outros setores para pressionar o Estado a fim de gerar garantias de vida para grupos específicos, entre eles estão as crianças. Essa constante interação da sociedade com pautas que até então eram individuais só mostra o quanto as particularidades de cada indivíduo, cada grupo são importantes, interage de forma clara com o meio ao qual estes estão inseridos, suas funções e reações analisadas conjuntamente é uma maneira de entender essa interação constante entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994, p. 22).

O fato de analisá-los de forma conjunta produz resultados no próprio meio social que se beneficia como por exemplo do fato de que as crianças passam a ter direitos garantidos a educação, saúde, lazer, direito à moradia e outros, o que conseqüentemente os retira dessa condição subalterna dentro do cenário que anterior a luta pelos direitos das crianças não concebiam esses indivíduos como cidadãos e acabava também por expor esse grupo a diversas mazelas sociais como o trabalho infantil, exploração e abuso sexual, sem que fosse punidos os responsáveis por isso. Com a ampliação desses direitos, essas problemáticas não desaparecem, mas passa a existir um trabalho de fiscalização, orientação e prevenção a esses casos.

Desta forma, é importante destacar os responsáveis por traçar esse caminho de cidadania que é resultado de uma interação individual e entre grupos, planos e luta do movimento feminista que foram agentes contribuintes da criação de leis e projetos que se voltassem para atender as necessidades de crianças e adolescentes que até então não recebiam aparato legal que

os garantissem direitos. A efetivação desses direitos se consolidou a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, que apresentou todos os meios necessários para que fosse cumprido o que já vinha sido apresentado na Constituição Federal de 1988 no Artigo 227.

Um dos pontos importantes a serem destacados é o fato de que a luta pela efetivação dos direitos de crianças e adolescentes não paralisou com a criação do ECA, este que ainda enfrenta barreiras na efetivação de tudo o que nele está escrito. É visível na sociedade a partir de fatos que são noticiados, denúncias que vem à tona que muitas crianças e adolescentes ainda permanecem em condições de violência e exploração. E é justamente por conta dessa problemática que o diálogo com as diversas redes de proteção emergentes a partir do Estatuto, se faz necessário, no sentido de analisar o que ainda torna tão fragilizada a proteção integral desses indivíduos.

Para além das fragilidades que possam existir, é importante dá destaque ao Art. 15 do Estatuto que trata de enfatizar a importância da cidadania à infância, ao dizer que

A criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis (BRASIL, 1990).

A partir desse artigo é possível pensar que esse é um passo muito importante para que se trate de valorizar a fala das crianças e as suas percepções, que esses indivíduos não sejam mais encarados sob uma lógica de irracionalidade. A liberdade concedida a esse grupo é fundamental para que se traga um protagonismo a respeito da infância.

Um dos resultados de planos e conselhos que surgiram após a criação do ECA afim de trazer as melhorias que já se apresentavam em relação às necessidades de crianças e adolescentes, foi o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, fundado em 1991, é um órgão que dialoga diretamente com todos os artigos, todos os direitos que o ECA assegurou primeiramente. O CONANDA é um divisor de águas no que diz respeito a atuação de fiscalizar a criação de políticas públicas que visem a melhoria de vida e a garantia de cidadania de crianças e adolescentes, isso não somente de órgãos governamentais, mas de todos que atuam contribuindo a respeito dessas garantias.

Durante todo esse cenário de novas criações o debate acerca da criança como sujeito de direitos já era mais forte, ganhava espaço nas pautas de movimentos sociais que abordam essa temática, assim como em trabalhos acadêmicos e toda ação da sociedade que se mobilizava de forma constante para que mais melhorias pudessem emergir. Entendia-se que o combate a toda

forma de negligência e violência só seria possível através de uma rede de apoio que pudesse fortalecer e dá condições para que as leis pudessem ser efetivadas, e o maior responsável por formar e fortalecer essa rede foi o ECA, apesar das limitações em realizar muito do que está escrito no Estatuto, este documento é essencial pois

A partir do ECA, foi implementado um sistema de justiça e de segurança específico para crianças e adolescentes, com a criação de Juizados da Infância e Juventude, bem como Núcleos Especializados no Ministério Público e Defensoria, além de delegacias especializadas, tanto para atendimento de crianças e adolescentes vítimas quanto autores da violência. As delegacias especializadas foram determinantes no processo de visibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013, p. 7)

Esses espaços criados como forma de prevenir e combater a violência sexual dialoga de forma muito clara com a realidade da sociedade brasileira, num contexto de desigualdade social diversas são as dificuldades de acesso não somente ao conhecimento de que existem redes de proteção para casos em que crianças e adolescentes estejam sendo violentadas como também para que essas possam denunciar, possam ser acolhidas, ouvidas, protegidas. É partindo desses pontos que podemos analisar como as políticas públicas de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes se fortalecem.

Nos diversos setores da sociedade já havia diálogos sobre como combater uma problemática tão emergente e delicada, na tentativa de unir tudo o que até então vinha sendo realizado por parte de setores governamentais e não governamental, surge então o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Anteriormente ao Plano já havia vários debates acerca das diversas problemáticas que acometem a vida de crianças, contudo, exclusivamente neste trabalho a busca por apresentar as políticas públicas ligadas a violência sexual intrafamiliar ganham espaço por esse tipo de violência ferir completamente os direitos humanos e ao acometer a infância, gera uma série de mazelas a um indivíduo que está em formação, muitas vezes para que se acabe com o ciclo de violência, a criança é afastada do seio familiar e isso acaba ferindo o seu direito a está dentro desse convívio, de se sentir protegida e amparada. O abuso sexual se apresenta a criança inclusive como uma violação ao direito de exercer sua sexualidade (FALEIROS, 2007, p. 38).

Quando se fala em uma forma de proteção à infância, especialmente em casos de abuso sexual contra crianças, um dos direcionamentos principais presente no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é o de traçar caminhos através de programas, serviços, ampliação da rede política para o efetivo combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Essas articulações devem se dar primeiramente por parte do governo tanto na esfera federal como na esfera estadual e municipal. Esses planos abrangendo ambas esferas são importantíssimos, tendo em vista que a orientação do Plano Nacional é de modo bem geral em relação àquilo que deve ser feito, mas cada estado, município, localidade específica sabe a realidade que enfrenta em relação às práticas de abuso sexual e de acordo com suas realidades podem chegar a políticas efetivas.

Sendo assim, o Plano Nacional acaba sendo o responsável por possibilitar esse diálogo a respeito de uma problemática tão presente na sociedade. Nas mais distintas modalidades que ele apresenta, é possível perceber que o combate ao abuso sexual é, para além de uma questão que trata somente a violência em si, e passa por eixos que fazem com que as crianças não sejam desamparadas caso sofram esse tipo de violação em suas vidas.

É garantia de proteção integral até mesmo nos casos que envolvem violência sexual intrafamiliar, no sentido de ter um Sistema Judicial que vá garantir através do Conselho do Tutelar, das Delegacias ou até mesmo da Vara da família que essas vítimas estejam amparadas em abrigos em casos onde não haja a menor condição da vítima permanecer no lar. Ou que em caso de permanência no lar a vítima e a família recebam suporte psicológico para lidar com uma situação tão traumática.

Com todas essas diretrizes, as políticas públicas relacionadas ao abuso sexual passam a ser formadas e para que sejam desenvolvidas com excelência e que estas não sejam apresentadas sem a clareza que posteriormente resultaria no fracasso dessas políticas, é que o Plano Nacional apresenta eixos indicadores², estes são divididos em: Eixo Prevenção; Eixo Atenção; Eixo Defesa e Responsabilização; Eixo Comunicação e Mobilização Social; Eixo Participação e Protagonismo; Eixo Estudos e Pesquisas;

Um dos eixos essenciais para a discussão desse trabalho é o “Eixo Prevenção”, este que traz consigo 13 ações importantíssimas que vão da saúde à educação, traçando um caminho para combater não somente o abuso como também a exploração sexual. No tópico a seguir será dado ênfase para o fato do Plano Nacional através deste eixo apresentar a educação como sendo essencial no combate às práticas de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

3.2 EDUCAÇÃO SEXUAL: UM CUIDADO COM A INFÂNCIA

² “Tais indicadores buscam propiciar uma melhor compreensão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, suas causas e características de suas várias expressões, a identificação, quantitativa e qualitativa, dos instrumentos disponíveis para mensuração que possibilitem redefinir ações e rumos para enfrentamento desse tipo de violência.” (Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, 2013, p.23)

O campo educacional sempre foi um dos lugares de forte influência na vida das pessoas. A escola sendo uma instituição social acaba trazendo consigo o objetivo de construir o conhecimento, e para além disso a análise que gira aqui entorno do campo educacional é o de percebê-lo como um grande instrumento de prevenção e combate às práticas de abuso sexual que ameaçam a infância. Uma tarefa que engloba uma série de barreiras que aqui vão ser apresentadas dentro do contexto histórico e social da sociedade brasileira.

Segundo Martelli (2013), a escola acaba sendo um ambiente onde a temática “sexualidade” ainda é difícil de pôr em diálogo tendo em vista que dentro desse ambiente as ideias higienistas e biológicas rodeiam esse assunto, isso resulta numa limitação da infinidade de temas e questões que poderiam ser abordados a respeito da sexualidade de crianças e adolescentes. A autora destaca ainda que há dentro do ambiente escolar uma tentativa de silenciar as manifestações de sexualidade que os indivíduos possam ter.

E é por conta disso que durante toda a história da educação foram selecionadas temáticas específicas que puderam ser abordadas dentro de sala de aula, temáticas essas que não fugissem de maneira alguma do modelo moralista, que dessem conta das questões que o meio familiar não é capaz de suprir, porém, com muitos limites. Quando se fala desse cunho moralista, temas como a educação sexual acaba sendo rodeado por uma série de tabus, quando trabalhado na infância caracteriza-se como um impulso precoce à vida sexual.

Só que aqui é interessante pensar como que uma temática tão importante pode ser reduzida a esse objetivo. E um dos locais onde se constrói esse pensamento muitas vezes é dentro do seio familiar que juntamente ao ambiente escolar constantemente trata os diálogos acerca da sexualidade com repressão. Segundo Foucault (1988),

A repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 1988, p.9).

Sobre o conceito que Foucault apresenta, esse é claramente muito bem aplicado a infância, e a diversos assuntos, entre eles o “sexo”, como prática inerente a cada ser humano é moldado para que seja visto dentro da lógica condenatória, imoral, como se isso não fizesse parte da vida de todos os seres humanos. Segundo Chauí, a Igreja Católica foi uma forte influência para concebê-lo dessa maneira, trazendo fortemente a ideia de que o sexo é um pecado e que por conta disso o mesmo deve ser distanciado das pessoas (BUENO e RIBEIRO, 2018, p. 50). Por ser encarado desta maneira, dentro de uma ideia moral e conservadora, a Educação Sexual passa a ser vista como uma forma de impulsionar as crianças a vida sexual.

Em uma tentativa inesgotável de fazer com que crianças sejam afastadas de um assunto que faz referência a forma de lidar com seus corpos, a sociedade trata de colocar estas em um estado constante de monitoramento (FOUCAULT, 1988, p. 41). Os adultos ao considerarem a Educação Sexual como um assunto perigoso ou “precoce” para a infância acabam por não se atentar que essa pode ser umas das maneiras eficientes de combate ao abuso sexual.

Ou seja, diante do que foi apresentado é possível perceber que a preocupação que se tem a respeito da sexualidade de crianças se forma a partir da necessidade de reprimir todo e qualquer ato que “fuja da normalidade do universo infantil”, normalidade essa criada pelos adultos que ditam o que vem a ser o melhor para esses indivíduos, o que estes devem sentir ou não. É negado às crianças o direito de conhecerem seus corpos e entenderem cada movimentação que nele aconteça, e isso tudo acaba resultando em um cenário de violência que já conhecemos. Esse poder coercitivo faz parte daquilo que Foucault definiu como dispositivo da sexualidade.³

O debate promovido pela Educação Sexual precisou enfrentar todas essas barreiras que foram apresentadas e ainda luta para que se rompa com toda essa lógica cultivada pela moral e o fato de perceber a criança como um ser assexuado. É necessário que a sexualidade seja apresentada na contraposição a ideia moralista implantada na sociedade, e é por conta de todo esse caminho conturbado que no Brasil, somente no século XX, especificamente a década de 90, possibilitou o trabalho dessa temática como um Tema Transversal⁴ direcionado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A inserção do tema Educação Sexual nas escolas não é originalmente apresentada com esse nome, mas sim como Orientação Sexual. Essa temática não se insere no contexto educacional como uma grande iniciativa revolucionária das instituições sociais em tratar a sexualidade dentro da sua pluralidade. Segundo Martelli e Aquino (2015), essas instituições reforçavam em seus debates a sexualidade como diretamente ligada a prática sexual, o objetivo de trazer esse assunto para dentro do ambiente escolar era prevenir doenças sexualmente transmissíveis, assim como a gravidez precoce, e reforçar a visão biológica do assunto.

Ainda que isso possa ter sido considerado um avanço, haja vista que antes nem sequer dessa maneira esse assunto era abordado, é possível pensar em como dentro do ambiente

³ O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 1988, p.100).

⁴ “(...) assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho (Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual. p. 307).

educacional, atualmente, muitas vezes essa temática da Educação Sexual foi abordada da mesma forma que na década de 80. Diversos são os entraves encontrados para que isso possa se modificar na realidade atual, com a emergência de questões típicas da infância que envolvem a sexualidade e até mesmo violências que essas crianças sofrem por não terem conhecimento acerca dos seus corpos.

Aproximar a temática Educação Sexual da infância é uma maneira de romper com toda essa estrutura que condiciona a enxergar crianças como seres assexuados, estes devem ser encarados como seres humanos que desempenham as mais diversas trocas sociais, toda essa interação resulta em sentimentos, significados, descobertas, desejos, formas de sentir, de interpretar e perceber que a sexualidade está presente nisso.

Muito mais do que se reconhecer, a sexualidade é uma forma de conhecer tudo aquilo que gira em torno dos desejos, vontades, etc. Educação Sexual é a ferramenta chave para que crianças e adolescentes saibam que seus corpos apenas lhes pertencem e por lhes pertencer não podem ser violados. Isso vai muito além de uma ideia sobre sexualidade que aborda somente os pontos que dizem respeito ao processo de reprodução humana, higienista, é para além de um conteúdo que se restringe unicamente à disciplina de “Ciências”.

A ideia do Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em apresentar a educação como uma das formas efetivas de prevenir mais casos de abuso na infância é totalmente responsável pelo debate apresentado nesse trabalho entorno dessa temática tão importante, mas que apresenta tantas dificuldades em encarar de frente o problema.

A Escola como um todo é um dos ambientes onde crianças se desenvolvem e passam boa parte do seu tempo, é por conta disso que esse deve ser um ambiente que favoreça a identificação dos mais diversos tipos de violência que essas possam estar sofrendo. Até porque os casos de violência sexual ou qualquer outra ameaça à vida de crianças e adolescentes devem ser imediatamente denunciados, é gravíssimo que este seja ocultado por parte de qualquer pessoa e/ou instituição, segundo o Art. 13 do ECA.⁵

3.3 O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL

O ambiente escolar acaba ainda apresentando muitas dificuldades em estabelecer esse diálogo sobre sexualidade por parte dos professores dentro de sala de aula. Isso porque quando

⁵ Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014). Estatuto da Criança e do adolescente.

a Educação sexual foi inserida no currículo escolar trazia consigo a ideia de um modelo higienista, o conhecimento tradicionalmente conhecido e limitado que se tem comumente nas aulas de Ciências, trabalhar apenas com isso não é uma forma de atender as demandas que crianças e adolescentes trazem consigo através desse assunto que sem dúvida alguma é muito mais amplo.

Para além disso, existe uma grande deficiência em relação à formação dos professores para trabalharem sobre essa temática de forma livre e segura. Muitas vezes o espaço escolar acaba sendo bombardeado por uma série de ideias ligadas à moral, e principalmente a moral religiosa que rodeia a temática de educação sexual desde as primeiras tentativas de inseri-la no meio educacional. Através da Igreja Católica, a sexualidade foi vista como algo que não precisava ser dialogado por ser um tema pecaminoso, isso fortalece as famílias conservadoras a distanciar as crianças desse assunto e manter essa regulação dentro do ambiente escolar.

Quando não há uma abordagem originária na família, já percebemos que o problema acaba sendo muito maior, porque aqui é interessante ressaltar que essa responsabilidade não cabe somente ao meio educacional, cabe também às famílias orientar, o que acaba sendo muito difícil justamente porque a família acabou se tornando esse ambiente que não se responsabiliza por educar sexualmente crianças, por ainda se ter a ideia de que esse é um assunto que deve ser apresentado de forma tardia a esses indivíduos, quando eles adquirirem “consciência” (Gonçalves, Faleiros e Malafaia, 2013, p. 256). Isso acaba por contribuir para a lógica de irracionalidade que se tem a respeito de crianças, dificultando o trabalho de professores que tentam incansavelmente fazer com que esse debate acerca da sexualidade fuja do cunho “perverso”, “precoce” “incentivo a vida sexual”, como esta é concebida.

O fato da infância ser concebida sob uma lógica irracional, excluindo totalmente crianças de assuntos importantes como esse colabora de maneira muito forte para o não diálogo sobre educação sexual no ambiente escolar, tornando esse assunto um campo hostil onde professores não se sentem à vontade para trabalhar, muitas vezes acompanhados pela ideia de que poderão sofrer com as críticas de uma estrutura escolar conservadora e também de uma moralização por parte da família que não permite que tais assuntos sejam abordados dentro da sala de aula.

É necessário então que não somente dentro do entorno familiar quanto no ambiente escolar a sexualidade seja entendida para além do conceito higienista e fugindo totalmente de ideias pré concebidas a respeito da mesma. Santos (2001) faz uma reflexão acerca da necessidade de se encarar a Educação Sexual dando ênfase para a sua forma sociocultural, de

apresentá-la como favorável aos debates acerca de gênero, as relações que os indivíduos estabelecem entre si, seus sentimentos, desejos, encará-la sob o olhar histórico cultural, ético e político.

Essa maneira de abordar a sexualidade possibilita o alcance a uma problemática emergente que é o abuso sexual contra crianças. Quando o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes propõe a realização de ações de cunho educativo no meio em que as crianças convivem com o intuito de conter e/ou prevenir os casos de abuso e exploração sexual, ele está se referindo também ao ambiente escolar, haja vista que esses indivíduos passam boa parte do seu tempo nesse local, e para que isso sirva de fato como um meio de prevenção é necessário que toda uma estrutura limitada seja modificada.

Essa estrutura limitada é percebida nas ações de professores dentro de sala de aula onde muitos profissionais não sabem como trabalhar com a temática “sexualidade” totalmente diversa e, muitas vezes acabam passando despercebido às situações de abuso sexual que poderiam ser detectadas dentro da sala de aula. Lembrando mais uma vez que isso não é uma responsabilização que cabe somente ao professor, mas sim a forma de ensino que foi repassada a ele, a falta de capacitação através de cursos, de técnicas que possam possibilitar que estes sejam capazes de abordar o conhecimento acerca da sexualidade como um mecanismo de defesa para esse tipo de violência.

A discussão aqui apresentada enfatiza a importância da Educação Sexual para crianças e que isso aconteça desde as séries iniciais, pois há casos de crianças que são abusadas desde seus primeiros anos de idade. A importância de ter um capítulo neste trabalho dedicado a reconhecer a relevância e também a fragilidade do tema sexualidade em sala de aula emerge de uma entrevista com uma das abrigadas do Lar Betânia. Nessa entrevista, a fala que chama atenção para pensarmos o ambiente educacional como uma libertação para vítimas de abuso sexual é exatamente essa:

“Com 12 anos de idade eu estudava numa escola chamada Joanira e lá tinha uma Professora, teve um dia que ela começou a falar dessas coisas, aí ela explicou e tal, eu tinha umas coleguinhas né, aí eu comentei com elas isso né. Aí eu falei assim: “isso é errado mesmo?” Eu conversei, falei pra ela mas não tudo né, aí ela até ficou tirando graça comigo, falou assim: “Olha, o tio da Lara fica fazendo essas coisas com ela”, aí depois disso chegou na boca da Professora, aí a Professora conversou comigo, perguntou se era tudo verdade, eu falei que sim, mas eu não contei detalhes. Aí depois foi pro diretor e o diretor me levou lá pro conselho tutelar” (Lara, vítima de abuso sexual intrafamiliar dos 9 aos 12 anos de idade).

Aqui podemos perceber nitidamente como esse assunto é algo totalmente desconhecido por parte das crianças e como a professora passou a ser a fonte que gerou o rompimento de um

ciclo ao abordar em sua aula as problemáticas do abuso sexual na infância. Ainda vale ressaltar que não são todos os ambientes escolares que permitem esse diálogo e que por não permitirem acabam contribuindo para que aquela criança que dentro do ambiente familiar não teve conhecimento algum a respeito da importância de conhecer seus corpos e quando ocorre a violação aos seus direitos, permaneça nesse ciclo de violência, sem saber identificar o que de fato está acontecendo.

Por isso é interessante que se invista nessa mudança estrutural pois é a partir dela que o ambiente da sala de aula acaba se tornando um campo seguro para o diálogo a respeito das urgências em sanar dúvidas que surjam na cabeça de uma criança. A sala de aula precisa ser esse campo que dá segurança para professores estabelecerem esse diálogo e isso só ocorrerá a partir do momento em que houver essa ação direta entre pais e ambiente escolar.

4 A ATUAÇÃO DO LAR BETÂNIA NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP NO APOIO ÀS CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR.

4.1 O HISTÓRICO DE UMA SOCIEDADE VIOLENTA E A INTERLIGAÇÃO COM O ABUSO SEXUAL

Já vimos como o contexto histórico não foi favorável para crianças em muitos momentos e como isso acabou colocando muitas dessas crianças em situações de extrema violência. Ao pensar na temática desse trabalho, é completamente impossível não analisar o cenário de sociedade que vivemos, aqui traçarei uma linha de pensamento que tem como objetivo mostrar que o abuso sexual contra crianças não é uma “violência independente”, mas que traz consigo uma série de questões que a sociedade brasileira tem em suas raízes.

Primeiramente, é importante enfatizar como a violência se apresenta ao outro, como esta pode ser caracterizada para entendermos como essa se perpetua na sociedade,

Etimologicamente, “violência” vem do latim *vis*, força, e significa: 1. Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. Todo ato de força contra espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. Todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. Consequentemente, a violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2017, p. 35).

Essas violações apresentadas são de grande relevância para observar onde e em que frequência isso pode ser visto nas práticas de abuso sexual contra crianças, são diversas as formas de coagir, constranger e intimidar, dentro do modelo que violência que é discutido nesse trabalho e a partir dos levantamentos realizados em pesquisa de campo, será possível entender em que momento o agressor perpetua tais características.

Como proposta de discussão, nesse tópico será abordado o cenário nacional brasileiro que tem em seu histórico práticas de violência desde a sua criação, mas antes de adentrar o cenário nacional, é importante analisar essa questão da infância e da violência a nível local de onde foi realizada a pesquisa de campo deste trabalho. Pela ausência de estudos direcionados à infância no estado do Amapá, é a partir de estudos como o de Guimarães (2021) sobre a infância na Amazônia marajoara que se pode construir um raciocínio sobre a realidade amapaense que embora tenha suas particularidades, sofre com algumas mazelas similares, entre elas o abuso sexual.

A Amazônia encarada como um meio totalmente exploratório onde não se prioriza a existência e qualidade de vida aos povos existentes nela acaba se tornando um cenário tomado pelo poder e pelas formas de violência que acabam afetando a todos, inclusive as crianças, segundo Guimarães (2021),

Não há como não destacar que os municípios da região amazônica estão entre os que possuem os mais baixos IDH, revelando os desafios desta região, de dimensões continentais, para a garantia de direitos humanos de todas as ordens, atingindo famílias e crianças que estão em situação de pobreza (Guimarães, 2021, p. 261).

Quando se diz que o abuso sexual contra crianças não é uma prática independente, é por ter cenários como esses na sociedade que não se garante direitos básicos às crianças, onde se viola seus direitos e acaba direcionando-as para os mais diversos tipos de violência, entre elas o abuso sexual.

Se a região amazônica sofre com esse descaso em relação a direitos básicos, todo o restante do povo brasileiro também se vê imerso em um cenário de violência que não acontecem somente no agora, mas se apresentam a população desde o período colonial. Este período que por sinal é visto como um momento onde as expressões hierárquicas eram facilmente perceptíveis na figura de homens livres, grandes proprietários, escravos, etc. (CADEMARTORI e ROSO, 2012, p. 398). Dentro dessas relações o sentimento de inferioridade se apresentava na figura do escravo que tinha sua mão de obra explorada.

Outro ponto importante que permite pensar essas relações de violência é a presença da família patriarcal que também é importante para pensarmos as relações onde o homem acaba sendo aquele que detém a “palavra final”, é ele o cerne do núcleo familiar, o poder a ele é direcionado. Chauí (2017) define muito bem esse modelo familiar:

As relações, entre os que julgam iguais, são de “parentesco” ou “compadrio”, isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma de favor, da clientela, da tutela ou da cooptação; e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma de opressão (CHAUI, 2017, p. 43)

Essas características acabam refletindo nas relações que foram estabelecidas em torno da família atualmente, percebe-se então que uma mudança nessa estrutura não foi possível de observar. Isso acaba tomando uma dimensão ainda maior quando pensamos que muitas dessas ideias se perpetuam na estrutura social, no processo de saída do privado para o público. Sendo possível perceber então o ser que é o detentor do poder, alguém que manda e desmanda, cabendo ao ser “inferior” obedecer.

Já foi traçado nesse trabalho uma discussão acerca de como essas ações, no qual, essa ideia de poder e hierarquização colaboram para que ocorram as práticas de abuso sexual contra crianças. Isso sendo muito bem reafirmado por parte do núcleo familiar que por atitudes pautadas nessas ideias acabam favorecendo o silenciamento e não reação das vítimas, por se sentirem numa posição desfavorecida.

Os dois exemplos aqui citados são fundamentais para pensar como que num cenário totalmente violento ainda exista na sociedade uma negação em relação ao fato de que foram construídas relações sociais onde se concentram o uso da força, da violência e do poder. Um exemplo claro disso é pensar que ainda hoje o Golpe Militar, um dos cenários mais violentos da história brasileira que retirou direitos, ceifou vidas ainda seja visto por uma parcela da população como um momento não caracterizado pela violência apresentada nos livros, pelos meios de comunicação, por relatos de quem vivenciou esse período tão sombrio, e para além disso, ainda é possível ter uma defesa em relação ao mesmo.

A discussão detalhada em todos os fatos históricos violentos que guiaram a sociedade brasileira não é o foco deste tópico, o que se pretende mesmo é focar nestes que já foram citados e também refletir a teoria de Marilena Chauí sobre “O mito da não violência brasileira” que se configura como uma passividade do povo em relação a todas as manifestações violentas presentes na sociedade. Como exemplo de uma sociedade acolhedora, afetuosa, onde se vive em perfeita harmonia a autora cita o exemplo da relação servicial e harmoniosa da Casa-Grande e Senzala de Gilberto Freyre que reflete os aspectos que mantém de maneira forte esse mito de uma sociedade que vive em plena harmonia, o que não condiz com a realidade, há violências por parte do modelo patriarcal que reflete nas relações estabelecidas desde então.

Não pensar estes fatos como atos de violência acaba se tornando uma barreira para a análise de que estes foram responsáveis pela estruturação de uma sociedade hierarquizada, autoritária, marcada pelo machismo. Negar essa violência crescente e presente em nosso meio é também negar a estrutura dominante presente na sociedade.

É comum ouvir que a sociedade tem se tornado cada vez mais violenta, mas será que de fato ela se tornou mais violenta ou não estávamos acostumados a ter os fatos noticiados? Porque segundo o trabalho de Chauí (2017), a sociedade brasileira em nenhum momento esteve livre da violência, está sempre esteve presente. O que pode ser possível compreender o porquê de perceber um meio “mais violento” que na verdade repete tipos de violência que já sofremos em outra época, é o fato de termos uma maior divulgação dos tipos de violência que não se limitam somente a agressão física, de conhecimento de todos.

E também foi muito forte a partir da década de 90 estudos que se voltassem para as questões que envolvem essa temática. É como se a partir daí houvesse uma grande movimentação intelectual para visibilizar questões que anteriormente não eram abordadas, até mesmo porque o País passou por uma série de conflitos no pós golpe militar, era presente na sociedade as consequências do que esse período havia deixado de pior.

A criação de direitos e o próprio sentimento de cidadania que vem elencado a isso ajuda na reviravolta que a sociedade tem a respeito de perceber a violência como sendo uma grande forma de ferir a integridade do outro, partindo do ponto de vista que cada indivíduo é detentor da sua liberdade, que mal nenhum pode atingir o seu direito a uma vida plena, uma vida íntegra. Isso acaba gerando inclusive um sentimento de revolta perante algum tipo de violência que qualquer pessoa venha a sofrer.

É interessante frisar esse ponto porque é a partir disso que percebemos todo o movimento da sociedade para denunciar atos de violência, se indignar em relação a atos que venham a ferir a integridade humana, porém, ainda existe casos onde se cria o famoso pacto de silêncio em relação a determinados tipos de violência, principalmente quando esta faz parte de uma instituição social como a família. Segundo Faleiros (2003), em todo o contexto histórico a família foi esse lócus de difícil acesso, é onde a vida acontece de forma privada, sob um poder que geralmente é oriundo da figura do homem, sem interferências do público.

A partir disso é possível pensar em como se torna difícil detectar que dentro desse ambiente esteja ocorrendo atos de violência. Primeiro porque esse lócus tem como característica principal a proteção. As vítimas que sofrem violência intrafamiliar muitas vezes se veem desamparadas e trazem consigo o sentimento de medo por terem a noção do que o seio familiar representa e de como é difícil romper com essa lógica de ambiente seguro e harmonioso.

A violência enquanto um fenômeno traz consigo desafios a serem vencidos, dentre eles está o fato de se pensar que a família é um ambiente onde a violência se perpetua, principalmente a grupos específicos como mulheres e crianças, por conta da reafirmação constante de uma hierarquia social, a reafirmação da diferença entre gêneros, o masculino sempre sendo caracterizado como superior ao sexo feminino e a marginalização de crianças. (Vieira, 2018, p. 104)

Se pararmos para analisar e voltar um pouco mais no início da discussão desse III capítulo, veremos que todas essas violências são consequências de uma sociedade que em seus momentos históricos trouxe à tona atos violentos como os que foram citados aqui, seja no

período colonial, a violência a infância na região amazônica, no modelo de família patriarcal ou no Golpe Militar de 1964.

Um dos pontos cruciais que impulsionou essa discussão apresentada foi a teoria de que enquanto população sofremos um estupro⁶, e isso resulta hoje em características típicas presentes nas relações sociais. Mesmo que a sociedade tenha passado por uma série de mudanças, ainda hoje temos fortemente a presença da ideologia patriarcal e machista que fomenta diversos abusos contra mulheres, e aqui é importante destacar também os abusos contra crianças do sexo feminino, principalmente no ambiente familiar onde geralmente essa violência é ocasionada por um homem que atua como um ser dominante e impõe às vítimas esse tipo de violência que viola de tantas maneiras suas histórias e seus corpos.

Sendo assim, fica claro a importância de encararmos a violência como algo presente na sociedade, como algo que não ocorreu há pouco tempo, mas que foi introduzida em nosso meio por períodos autoritários e tantas outras características que neste tópico foram apresentadas. Encarar isso é também uma forma de construir mecanismos de combate a esse cenário violento que assola boa parte da população brasileira.

E para além disso, é preciso que analisemos esse cenário histórico que faz parte do povo que somos hoje para podermos romper com a lógica de uma sociedade não violenta. Essa é a ideia que a ordem dominante mantém, segundo Chauí (2017) é interessante que para eles o país negue a realidade da violência social e política, pois isso nega as violações diretas aos grupos subalternizados socialmente como mulheres, crianças, idosos, negros, etc.

4.2 O LAR BETÂNIA COMO AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Antes de adentrar a realidade estrutural da Casa de Acolhida Marcelo Cândia, popularmente conhecida como Lar Betânia e também apresentada desta maneira nesse trabalho, é importante frisarmos o que vem a ser esse acolhimento institucional que é como se caracteriza o lar, e em quais situações esse aparato passa a ser utilizado.

De acordo com o ECA, diversas são as maneiras de proteção à infância e adolescência, existem aquelas que são básicas e primordiais onde se concentra na família o dever de proteger esses indivíduos, só que existem situações onde essa proteção não ocorre e por conta disso é necessário que haja uma intervenção e essa se dá por meio das medidas protetivas. De acordo com o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990):

⁶ “Os homens (só havia homens – a maioria degradados – nas caravelas de Cabral) que aqui chegaram e encontraram as tribos indígenas, loucos para copular, não buscavam a alma das mulheres, nem a cultura autóctone, nem a sabedoria do povo.” (MINAYO, 2006, p. 26)

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

O acolhimento institucional se caracteriza como essa intervenção, mas que segundo o ECA só deve ser recorrido em último caso, afinal de contas o convívio familiar deve ser sempre a prioridade na vida das crianças, por se ter em mente até mesmo o fato de que a retirada de crianças do núcleo familiar causa diversos prejuízos a esses indivíduos. Os casos que envolvem agressões físicas e sexuais são determinantes para esse afastamento e dependendo da gravidade da situação, esse é só um ambiente temporário, sempre tendo como objetivo voltar ao convívio familiar.

Vale ressaltar que nos casos onde ocorre o abuso sexual intrafamiliar, de acordo com o Art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a autoridade judiciária pode definir que o agressor seja afastado da moradia. Contudo, essa não é a realidade presente na sociedade. Esse foi um dos motivos que motivou essa pesquisa dentro do Lar Betânia, em busca de compreender como tem sido esse suporte para as vítimas de abuso sexual intrafamiliar que acabam sendo retiradas do seu ambiente familiar e precisam passar por esse momento que acaba se tornando duplamente difícil.

Em relação ao Lar Betânia, este é uma iniciativa de uma Congregação Religiosa chamada “Irmãs Discípulas de Jesus Eucarístico” de ordem italiana, a mesma desempenha diversas atividades voltadas para essas problemáticas sociais no Brasil e no mundo, elas chegaram até o município de Santana - Amapá em 2007. Quando chegaram até aqui para desenvolver algo que pudesse ajudar em problemáticas do município perceberam a emergência de uma casa que desse o suporte para essas meninas que vivem em estado de vulnerabilidade social. Aqui é importante frisar que o acolhimento não se limita somente às vítimas de violência sexual, existem no lar meninas que viveram realidades diferentes, porém não foi o foco do trabalho adentrar nessa realidade, pois o objetivo era entender como funcionava o acolhimento para essas meninas que sofreram violência sexual intrafamiliar e precisaram ser destituídas do poder familiar.

Quando se analisa o processo de institucionalização no Brasil, é muito presente a atuação de ordens religiosas católicas. Seja no aparato a órfãos, seja na prestação de serviços a população pobre e de forma muito ativa nas mazelas da infância,

Até 1900, o atendimento às necessidades sociais da população brasileira era de responsabilidade da Igreja, que o fazia principalmente por meio das Santas Casas de Misericórdia. Não havia qualquer atuação do Estado nesse sentido. Somente em 1922

começa a funcionar, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento público para atendimento a crianças e adolescentes. Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), então ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade, com enfoque tipicamente correcional-repressivo (SILVA, 2004, p. 23).

Isso nos faz pensar na ausência do Estado em protagonizar o apoio às problemáticas sociais, de forma que todas as conquistas no que diz respeito a questões que envolvam qualidade e melhoria de vida para as classes e grupos marginalizados tenham acontecido depois de muita pressão por parte da população. E essas melhorias que se constituem em políticas públicas acabam ainda sendo muito escassas, mínimas, cheias de empecilhos para a garantia de uma vida digna.

O Lar Betânia como uma ação não-governamental só implica em percebermos esse não protagonismo por parte de ações municipais e estaduais que visem esse atendimento as crianças vítimas de abuso sexual. A partir desse fato é possível adentrar em alguns pontos que são característicos da construção desse ambiente no município de Santana, percebendo como tem sido mantida a estrutura de um projeto tão emergente como esse.

Primeiramente, é importante definir o perfil ao qual o Lar Betânia pertence, tendo em vista que há diferentes formas de instituições que podem abrigar crianças e adolescentes nas mais diversas situações de violação de seus direitos que estes se encontrem. O modelo de instituição que estamos falando é o referente a Casa de Acolhida⁷ na modalidade de Casa Lar, no estado do Amapá o Lar Betânia é o único que possui essas características.

A estrutura do Lar é composta por três casas: a casa rosa, a casa verde e a casa azul. Em cada uma delas são abrigadas de sete a oito meninas, tendo capacidade também para serem acolhidas até 10 crianças, caso seja necessário. O diferencial dessa modalidade “Casa Lar” é que esta tenta ao máximo se aproximar do modelo familiar, tanto é que cada casa conta com a presença de uma “Mãe social”, estas são as que passam 24h com as meninas, coordenam as atividades do Lar, dividem tarefas, cozinham, limpam e tentam exercer o papel de mãe na vida das mesmas.

⁷ (a) seu público-alvo é fundamentalmente composto por crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco ou abandono, aqueles que estão em situação de rua, cujos laços familiares estejam fragilizados ou rompidos, ou que se encontram inviabilizados de retornar ao convívio familiar; (b) permite um tempo de permanência mais extenso da criança ou do adolescente, possibilitando uma certa continuidade no trabalho de intervenção; (c) a forma de atendimento dá-se em regime aberto, dentro de pequenas unidades residenciais (com 15 a 30 crianças e adolescentes); (d) encaminha todas as crianças atendidas à escola e, alguns, a cursos profissionalizantes; (e) é possível desenvolver atividades culturais, pedagógicas e lúdicas, sob a orientação de educadores sociais e/ou psicólogos e assistentes sociais; (f) podem permanecer nas Casas de Acolhida até completarem 18 anos (RIZZINI, 2004, p.58).

Durante a pesquisa de campo realizada no Lar pude ouvir relatos da relação que as meninas mantêm com as mães sociais, sendo essa muito tranquila e importante até mesmo para o processo que elas vivenciam de estarem longe de seus familiares, por sentirem falta também das boas experiências que tiveram dentro desse núcleo. As mães sociais são esse apoio mais direto que elas podem ter, até mesmo para pedirem conselhos, como elas mesmas relataram em uma das entrevistas.

Em relação às entrevistas, essas foram divididas em três momentos: o primeiro foi destinado a entrevistar as meninas que estavam na faixa etária de 13 a 17 anos, essas por serem menores de idade não puderam relatar quanto a violência sofrida pelo fato de serem acompanhadas judicialmente e ser proibido que estas relatem sobre o motivo que as levou até ali. É importante frisar que a entrevista foi acompanhada da assistente social que garantiu todo o sigilo ao processo judicial que cada uma delas enfrentava e também foi realizada de forma coletiva, foi feito o uso de gravador para coletar as informações. Elas puderam colaborar mais no sentido de entender a vivência que as mesmas tinham dentro da casa de acolhida, o que acabou também sendo muito importante porque isso reúne as falas que giram em torno das necessidades que elas têm e também é uma maneira prática de entendermos como funciona para elas o acolhimento institucional.

O acolhimento institucional na visão dessas crianças e adolescentes foi definido como algo bom, mas que diante de todo o processo de distanciamento familiar acaba passando por fragilidades. Ao serem questionadas sobre o que poderia ser considerado algo não muito bom dentro da vivência do acolhimento, uma delas enfatizou:

Eu acho que pra mim é a liberdade porque uma liberdade assim na vida da gente é uma coisa boa e as vezes eu me sinto triste aqui dentro, mas como diz a esperança é a última que morre e é isso.

Essa fala veio acompanhada também de relatos que remetiam ao fato de sentirem falta das suas famílias e segundo o ECA,

Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Ou seja, essa reintegração ao vínculo familiar é tratada em todo o período em que as meninas estão contempladas por esse acolhimento institucional, contudo, existem realidades

específicas onde dada as circunstâncias da violência, esses vínculos não são possíveis de serem trabalhados, seja por ordem judicial ou até mesmo por dificuldade nesse processo de comunicação, o que acaba sendo mais doloroso ainda para elas que dizem sentir falta da vida que tinham.

Esse é um ponto que foi abordado no segundo momento do trabalho que consistiu em entrevistar a coordenadora do lar e a assistente social que informaram como é para elas e para os profissionais da instituição lidarem com essas fragilidades. Todos os nomes apresentados nas entrevistas são fictícios.

A respeito daquilo que o ECA coloca como um dos objetivos principais do acolhimento institucional que é essa reintegração ao contexto familiar, a assistente social nos aponta uma problemática no processo de acompanhamento e permanência das meninas com essa ideia sendo trabalhada fortemente,

Elas vão pro acolhimento pra que a gente trabalhe as fragilidades, os motivos que trouxeram ela né. Só que aí a gente tem uma faca de dois gumes porque a gente tem que trabalhar a adolescente, mas também tem que trabalhar a família e nem sempre a família tá aberta pra isso, muitas poucas são aquelas famílias que estão ali presentes, que entendem o processo do acolhimento, que querem sua filha de volta, chegam lá e dizem: “ah, eu quero minha filha de volta”, mas não tão ali também abertos pra serem trabalhados né, então a gente entende que não tem como simplesmente você querer que teu filho volte pra tua casa se você não está aberto as mudanças que são necessárias (Maria, assistente social do Lar Betânia).

Essas mudanças fazem referência às próprias condições de vida digna que essas meninas vão ter ao serem reinseridas no contexto familiar, tendo em vista que dentro do abrigo elas tem acesso à educação, ao lazer, às condições básicas que incluem alimentação, acompanhamento psicológico e até mesmo o acesso a cursos profissionalizantes que a instituição promove.

Ainda que o ECA apresente a necessidade de trabalhar esses vínculos familiares, muitas vezes é necessário que se rompa com esse vínculo, e isso faz parte até mesmo de desconstruir a ideia de que a família é o lugar mais seguro para a criança, que essa aproximação deve acontecer a qualquer custo, para muitas esse ambiente deixou de ser seguro e agradável em muitos episódios de violência, mas o fato de “estar longe da família” e também fomentar a ideia da necessidade que o ser humano tem desses vínculos familiares acaba tornando o processo de ruptura muito difícil.

Ou seja, é nítido a percepção das fragilidades em trabalhar pontos que o ECA impõe em relação ao acolhimento institucional. E esse processo de acolher se torna mais frágil ainda quando se analisa boa parte das Casas de Acolhida não governamentais que possuem de alguma maneira vínculos estaduais ou municipais.

No caso do Lar Betânia, a instituição conta com ações voluntárias, o próprio trabalho que as irmãs desenvolvem dentro do acolhimento são de ordem voluntária, existe doação por parte da comunidade e benfeitores que ajudam a manter a estrutura física do Lar. Para além disso, tem também um convênio com a Prefeitura e com a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, sobre isso a Coordenadora da instituição relata,

O convênio com a Assembleia Legislativa graças a Deus foi repassado segundo aquilo que tinha sido determinado, o com a prefeitura as vezes existem vários atrasos no repasse, então a gente vive essa dificuldade de muitas vezes faltar né as coisas necessárias mesmo para a sobrevivência das meninas porque como qualquer outra adolescente tem várias necessidades, devido a esses atrasos a gente as vezes sofre muita dificuldade (Irmã coordenadora do Lar Betânia).

Ainda sobre esse apoio do poder municipal, a assistente social relatou também que

É muito frágil em todos os sentidos porque não há investimento na qualidade, se hoje a gente tem um trabalho de qualidade no Lar Betânia é por conta da atenção e cuidado que as irmãs fazem porque elas buscam outros meios pro sustento daquela instituição né, venda de pão que são deles mesmo, trabalho voluntário. A gente tem muito apoio da comunidade que conhece o projeto então ajuda, mas do Estado mesmo é o mínimo, o mínimo que é determinado pra eles darem.

O que se percebe então é que embora o Art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990) estabeleça que a política que se volte para atender os direitos da criança ocorrerá a partir de uma articulação a nível governamental e não governamental, entre estados, Distrito Federal e participação dos municípios, isso não se torna efetivo na prática. Uma das maiores preocupações tanto de quem coordena o lar, quanto da assistente social e corpo técnico é o fato de como essas meninas vão ser amparadas ao saírem dessa rede de proteção.

A assistente social conta que em 2016/2017 havia na instituição 5 meninas nesse processo de completar 18 anos, todas destituídas do poder familiar, não foram adotadas porque essas não tinham interesse nesse processo e a solução relatada foi

Criar uma república. Na época a gente criou a república, colocamos elas na república mas aí a república não fluiu por questões financeiras porque o município não investia também na república e o investimento na república era tirado do valor repassado pro abrigo, então não deu pra sustentar porque era mais um aluguel, mais uma despesa, era mais água, não tinha como, então a irmã decidiu fechar e trouxe as meninas novamente pra dentro do Lar e aí foi uma questão de escolha delas, daquelas que já tinham 18 decidiram ir embora, algumas ficaram e foram com o passar do tempo (Maria, assistente social do Lar Betânia).

Essa é uma problemática que esbarra na não atuação do poder público em relação ao apoio a essas meninas até mesmo no processo de saída do ambiente institucional. Porque ainda

que o acolhimento signifique uma rede de proteção às vítimas, existem realidades as quais a reinserção ao vínculo familiar não é possível e muitas meninas acabam sendo desamparadas socialmente por parte da não atuação de forma concreta seja do município, seja do estado.

4.3 UMA HISTÓRIA INFANTIL E AS EXPERIÊNCIAS NO LAR

O abuso sexual é caracterizado por uma relação imposta a criança, basicamente se mantém através de ameaças onde as vítimas acabam sendo induzidas a corresponderem ao que lhe é imposto, não se dá somente pela prática do ato sexual, mas pode ser também praticado através do aliciamento, da exposição a pornografia, a práticas que envolvem ou não a penetração (SANTOS e DELL’AGLIO, 2010, p. 328). De acordo com isso é possível pensar na relação que o abusador mantém, ao expor uma criança a esse tipo de violência ele impõe a ela um silenciamento, este que é uma forma de perpetuar a violência.

São diversos os cenários que acabam produzindo esse emudecimento da criança que inclusive ocorre anteriormente às práticas de abuso sexual. A história apresentada neste trabalho é a de Lara, uma das meninas abrigadas no Lar Betânia que foi vítima de abuso sexual por parte do tio e que nos apresenta diversos cenários onde sua história se dirige para esse emudecimento forçado. No ambiente familiar onde vivia ela, sua avó, seu pai, seu irmão e seu tio já era possível perceber que a reprodução da violência era algo presente como ela mesma relata,

Meu pai me tratava bem, mas depois com o passar do tempo né, com as brigas que a gente tinha, o papai nunca soube conversar sabe, porque minha avó ela é uma pessoa arrogante aí o que ela dizia pro papai fazer ele fazia, aí ela fazia de tudo pro papai me dá uns tapas, enfim, aí ele me dava. Aí ele passou tipo assim, qualquer coisa que eu fazia ele me colocava de castigo, de joelho, eu apanhava, só que ele nunca tipo parava pra pensar: “ah, eu vou conversar com ela porque ela fez isso” não, era sempre na base da pancada, só isso.

Faleiros (2003) diz que a família pode ser esse ambiente onde se tem a constante presença de atos violentos, atos esses que muitas vezes não são retratados através de um evento midiático como por exemplo em filmes, em eventos familiares harmoniosos como aniversários, festas de fim de ano, onde só se transparece a parte “boa”, escondendo as relações traumáticas que podem existir nesse ambiente. No relato de Lara podemos perceber que os laços afetivos não estão presentes nesse modelo de relação, a criança acaba sendo totalmente fragilizada por quem seriam os responsáveis por garantir que esta pudesse estar em um ambiente onde pudesse ter uma rede de afeto e proteção.

De acordo com isso é possível pensar que essa estrutura também acaba facilitando para que crianças sejam expostas a outros tipos de violência, tais como o abuso sexual. O abusador

presente neste convívio percebe as fragilidades existentes e pode muito bem se aproveitar dessas para dar início a um outro ciclo de violência contra a criança.

No caso de Lara, diversas são as circunstâncias que se apresentam anteriormente ao fato de ter sua infância marcada pelo abuso sexual. A mesma não tinha referências do que seria ter relações afetuosas, as únicas referências que tinha da figura da mãe eram relatos que sua avó contava, um desses relatos é o de que quando Lara era pequena sua mãe foi embora e nunca mais voltou. A figura do pai que poderia ser o seu vínculo mais forte de carinho foi totalmente marcada por essa negligência no sentido de cuidado, a avó acabava também colaborando para que essas referências quanto a laços de afetos não se firmassem, sendo sempre muito agressiva com ela.

Dentre todos esses casos de violência física e psicológica - no sentido da avó reforçar xingamentos a vítima, não permitir que ela pudesse exercer o diálogo em diversos momentos quando ela relatou que tentava conversar, tentava se explicar e esse local de fala sempre fora negado- ainda existia o fato de que o pai trabalhava muito, chegando a ser um dia sim e um dia não, e não somente ele como também a avó passavam muito tempo fora de casa. Foram esses os momentos que se converteram em situações favoráveis para o tio de Lara que passou a abusar da sobrinha quando ela só tinha 9 anos de idade, e ela conta exatamente como tudo começou,

Tudo começou porque tipo, meu tio, ele... quando eu era pequenininha ele começou a mexer nas minhas partes e eu achava aquilo muito estranho, sempre achei né. Só que como eu só tinha 9 anos aí eu ficava meio que com medo, sei lá. Quando a gente tem essa idade a gente não tem noção das coisas né. Aí depois com o passar do tempo ele continuou fazendo o que ele tava fazendo, depois ele passou a tipo me abusar mesmo, sabe? E meus pais não sabiam, aí ele ficou fazendo essas coisas deixa eu ver... dos 9 anos até os 12 anos.

O estranhamento que Lara sente está totalmente ligado ao fato de no ambiente familiar essas discussões acerca de corpo e sexualidade sequer chegarem a ser cogitadas como pauta de um diálogo a ser tratado na infância. O que acaba sendo bastante problemático porque a família bloqueando esses assuntos acaba também dando espaço para que abusadores se aproveitem da desinformação de crianças para pôr em prática tal tipo de violência, sendo assim o abuso sexual acaba sendo firmado pelos tabus que giram entorno da sexualidade.

No relato de Lara é possível perceber que a maneira como o abusador lida com ela é no sentido de fazê-la, enquanto criança, mesmo sem entender aceitar aquilo que está sendo feito porque se confia na figura do adulto. A respeito disso Safiotti (2007) apresenta a teoria de que há em relação às crianças um poder que vem por parte do homem e do adulto, este poder não

dá espaço para contestação, não importa o que digam ou façam de errado, as crianças devem submeter-se a autoridade maior.

Dentro do seio familiar os parentes formam quase uma entidade que não pode nunca ser questionada. Com isso, não se discute dentro que existem práticas abusivas e que estas não vem somente de pessoas desconhecidas, o abuso pode acontecer e acontece dentro do seio familiar.

Só que aqui também é importante frisar que dificilmente esses apontamentos seriam abordados por exemplo num contexto onde o abuso seja ele físico, sexual ou psicológico fosse praticado por todos os membros da família, que é o caso da Lara, como então seria possível resolver essa problemática? O meio externo, aqui mais especificamente a escola, acabou se tornando o divisor de águas na vida de Lara, como já foi apresentado aqui no tópico 3.2⁸. Foi no ambiente escolar, a partir da fala de uma professora sobre abuso sexual contra criança que a vítima foi formando uma auto consciência sobre aquilo que estava sofrendo.

Não existia outra realidade possível que pudesse favorecer essa auto consciência da vítima, primeiro porque ela vivia refém de ameaças que o próprio agressor aplicava para que assim pudesse perpetuar a violência como ele fez dos 9 aos 12 anos de idade, e segundo porque não existindo condições favoráveis dentro do seio familiar para relatar sobre a violência sofrida, essa não via outra opção que não fosse o silêncio. Quanto mais o tempo passava, mais o agressor encontrava formas de estar a sós com a vítima, de cercear sua liberdade, como podemos ver nesse relato,

Eu já tava me sentindo sufocada com meu tio, eu não podia digamos assim olhar pra ninguém que meu tio falava pra minha avó que eu já queria namorar, e sentia ciúmes de mim, foi quando eu me senti encorajada a falar e falei. As vezes meu tio tinha folga aí quando tava eu, meu tio e meu irmão, o meu tio ele pedia pro meu irmão ir comprar algo na rua pra ficar só eu e ele e aí ele ficava me acariciando, pegando mais no meu peito, no meu bumbum e eu me sentia estranha e tipo no início eu queria chorar e eu ficava pensando sobre aquilo sabe? Que eu ia contar pro papai, mas meu tio pediu pra eu não contar e aí eu não contei, e ele disse que se eu contasse ele ia ser entregue pra polícia e enfim.

Esse “ciúme” por parte do agressor é também uma forma de violência porque essa pode manipular a criança de maneira a não estabelecer laços afetivos com outras pessoas e para além disso reforça o sentimento de posse que estes tenham em relação ao corpo da criança, às suas atitudes, sua liberdade. E cada vez se empurra a vítima para esse emudecimento.

Percebe-se também que esse ciúme por parte do agressor de Lara era uma forma de manter aquele ciclo de violência e juntamente com ele vem a busca por envolver a vítima a uma

⁸ Intitulado: “educação sexual: um cuidado com a infância”.

situação, no qual ela possa estar cada vez mais ligada a ele e suscetível a fazer as coisas que ele impõe a ela, que nesse caso é o “apaixonamento” pelo agressor.

Teve uma fase que foi assim dos 10 anos de idade que ele fez eu gostar dele, teve uma fase que eu me apaixonei, como se eu tivesse apaixonada por ele entendeu? Que no início eu achava estranho aquilo e ainda assim eu continuava achando, só que a diferença era que eu tinha me apaixonado, ele fez com que eu me apaixonasse por ele, e as vezes ele queria tipo, ele perguntava quando eu me apaixonei por ele e eu não queria fazer aquilo com ele, aos 10 anos de idade ele falava bem assim: “tu não quer 1 real? Eu te dou 1 real se tu fizer tal coisa comigo, se a gente for pra cama” e aí eu só me calava, toda vez eu me calava. E eu tipo assim ficava intacta.

Toda essa relação é pautada pela dominação por parte do homem sobre a vítima, vítima essa que não teve nunca a opção de não consentir aquele tipo de violência porque era uma criança. A forma como o agressor age em todos os momentos é fazendo com que essa coisificação sob o corpo infantil seja alvo de satisfação de desejos, não se enxerga a vítima como indivíduo, tudo o que ele faz é com o único e específico objetivo de satisfazer suas vontades.

Essa sedução por parte do agressor acaba contribuindo de forma clara para o não rompimento do silêncio que gira entorno do abuso sexual, a vítima cada vez mais ligada ao agressor acaba fazendo de tudo para agradá-lo e aqui inclui o fato de não contar para alguém que está vivenciando tal situação por medo não somente de prejudicá-lo, no caso de Lara ele aponta o fato de poder ser preso caso ela conte pra alguém. E para além de tudo isso, existe o fato de que a vítima se vê presa a sentimentos que ela não sabe como lidar.

Todas essas situações colaboraram para um cenário onde tudo parecia dentro da normalidade no seio familiar de Lara, não havia dúvidas quanto a relação que o agressor tinha com ela, a todos ficava evidente que era uma relação de muito carinho, cuidado, responsabilidade, não houve nenhuma evidência de violência física justamente para não comprometer o ciclo de violência que ele tinha estabelecido e até mesmo como uma forma de não pôr em risco a lealdade que ela havia depositado nele, era de fato um crime que não podia deixar vestígios, pelo menos fisicamente, porque psicologicamente ela já tinha sido completamente violentada.

Das coisas que chamam atenção quando Lara relata sobre a violência sofrida é que esse foi um ciclo doloroso do início ao fim, muito permissivo devido às ausências do pai, da falta de atenção a ela e a suas necessidades. Assim como tantas crianças submetidas a esse tipo de violência, ainda teve que lidar com o descrédito a respeito da sua palavra quando confirmou que estava sendo violentada pelo tio.

E em relação ao momento em que se detecta o abuso sexual dentro do seio familiar de Lara, tudo acontece de forma muito rápida, a escola foi a responsável por fazer o encaminhamento da vítima, no mesmo dia, ao Conselho Tutelar. Esse tinha tudo para ser o momento em que Lara receberia o apoio da família e aí não precisaria passar por mais uma violência que é ter sua versão dos fatos desmentida, desacreditada. Mas foi exatamente o contrário que aconteceu

A Cris que é a conselheira me trancou lá dentro da sala dela e disse: “Espera aqui que eu já volto”. Aí eu escutei tudo atrás da porta né, porque dava pra ouvir tudo. Aí parece que a Cris conversou um pouco com eles, aí ela explicou a situação, ela perguntou pra ele se ele fazia e ele negou, ele falou que não, disse que não, não e não, ainda deu uma risada de deboche. Ninguém acreditou, porque eles falavam que ele me tratava como uma filha disque, aí a vovó não acreditou.

Desse momento em diante, iniciava uma nova fase na vida de Lara, ela foi encaminhada para o acolhimento institucional (Casa de acolhida Marcelo Cândia - Lar Betânia) dada as circunstâncias de que a família apresentava riscos à sua integridade. Esse acabou sendo um dos processos dolorosos pelos quais a vítima passou, como ela relata:

Foi bem complicado porque é muito difícil tu sair da tua casa pra ti vim pra cá morar com pessoas que tu nunca conviveu, pra mim foi tudo muito difícil. Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa muito chorona, chorona não, muito sensível. Ainda sou né, mas eu tenho controle das minhas emoções, mas quando eu cheguei tipo aqui eu não tinha. Foi muito difícil ter que aceitar tudo, entendeu? Tudo, tudo... pra mim o mundo ia acabar. E depois eu acho que passou uma semana ou duas, aí papai e a vovó veio me visitar... Eu chorei muito com ele porque ele não conseguia nem falar, ele só fazia chorar, chorar, chorar, aí eu chorava junto com ele sabe? Ele falou que não acreditava no que tinha acontecido, e a minha avó só veio aqui pra falar as coisas pra mim, brigar comigo né, aí eu chorei. Quando eles foram embora eu fiquei chorando, eu fiquei sentida, sabe? Às vezes eu ficava me culpando pelas coisas que tinha acontecido.

Esse sentimento de culpa ronda todas as ações antes e depois do abuso sexual. O mais curioso aqui é que o agressor de Lara não passa em momento algum por esse sentimento de culpa, dado ao fato de que esse em todos os momentos é acolhido pela família, enquanto que a vítima precisa lidar com as mazelas da violência sexual e o completo distanciamento das relações familiares que essa tinha. É de fato uma forma de ser violentada duas vezes.

O que se vê constantemente é que ao homem é muito mais fácil que esse seja perdoado, ainda que nem precise ou tenha de fato o reconhecimento que precisa pedir perdão, às crianças resta o silêncio de suas angústias, de violências impostas, e quando falam ainda são criticadas por terem causado uma espécie de turbulência familiar, um transtorno, caindo sob o seu colo mais uma vez uma responsabilidade que não lhe pertence.

E sobre o trabalho que o acolhimento institucional desempenha ao tentar fazer com que as vítimas possam reconstruir esses laços familiares, é possível pensá-lo como uma violência continuada porque há diversos casos como o de Lara que a família em momento algum serviu como ambiente que acolhe e protege, e voltar pra esse cenário ainda que se trabalhe uma mudança na estrutura dessa família é muito difícil e muito doloroso para a vítima.

O trabalho desenvolvido por parte do Lar Betânia conta com a presença de psicólogo e assistente social que são os responsáveis por estar mais próximos da vítima a fim de dar apoio e tornar mais tranquilo e menos doloroso o tempo dentro da instituição, trabalhando os medos existentes e as consequências psicológicas que o abuso sexual causou na vida de Lara. Só que é evidente que os traumas sofridos não são esquecidos e fáceis de trabalhar, há 6 anos dentro da instituição ela conta que passou por períodos bastante conturbados, de “rebeldia” que nada mais era do que uma revolta com tudo o que sofreu e como sucedeu o momento após a revelação, mesmo com tudo isso ela conta que a sua ida para o acolhimento

Foi algo que sempre será marcado porque primeiro que se eu não tivesse aqui, eu acho que a minha vida... eu não estaria do jeito que eu estou hoje sabe. Eu já tô numa nova fase da minha vida, tô pensando em fazer faculdade esse ano, tô terminando o ensino médio, tenho muitas pessoas que me amam. A irmã me dá maior apoio e ela acredita muito em mim e isso me deixa muito feliz só pelo fato dela acreditar, sabe? “Eu acredito no teu potencial, Lara, tu é uma menina diferente”, quando ela fala isso eu até me emociono, ela me ama muito, assim como ama a todas.

Esse entendimento que Lara foi tendo a respeito da realidade que ela tinha que enfrentar, de estar destituída do poder familiar e ter que construir um caminho sozinha foi algo que a própria assistente social do Lar que a acompanhou de forma direta, destacou como um processo longo, cheio de quedas e avanços, principalmente pelo período de adaptação que no primeiro momento foi marcado por essa grande vontade de voltar para o seio familiar, essa vontade se firmava bastante por conta da relação com o pai que segundo a assistente social não era recíproco da parte dele.

Se era o que ela queria a gente tentou proporcionar até fazer ela perceber que realmente não bastava só ela querer, que era os dois lados que tinham que querer a mesma coisa pra fazer dá certo, pra que o retorno dela pra família fosse possível e com isso ela percebeu que realmente não dava, então ela começou a perceber, a gente teve que trabalhar dessa forma com a Lara, entendeu? Mostrar pra ela a realidade, deixar ela viver um pouquinho aquela realidade, ainda que fosse pra chorar, entendeu? Pra ela poder perceber, e foi aí que ela foi resignificando toda a história dela, tudo que ela viveu e hoje ainda embora ela esteja lá com a gente já na maioridade, isso foi uma vontade dela permanecer né, porque ela tinha o livre arbítrio de ir embora mas ela escolheu ficar. Então assim, a Lara ficar pra gente foi... nossa, como a gente costumava falar pras meninas: “salvando uma do mundo lá fora, da violência lá fora, era tá ganhando mil” (Maria, assistente social do Lar Betânia).

Um dos fatos das vítimas chegarem no acolhimento e se depararem com a realidade que ele as impõe⁹ faz com que elas sintam essa necessidade de voltar para o convívio familiar, ainda que lá tenham sido negligenciadas/violentadas, porque na cabeça delas os pequenos laços que elas tinham nesse convívio ainda lhes parece melhor do que está num ambiente desconhecido e sem liberdade.

Quando há casos de destituição familiar, as vítimas querendo ou não, entram para o processo de adoção. Isso é trabalhado de acordo com o tempo em que elas vão permanecer no Lar, é algo que só acontece também se for de interesse delas. No caso de Lara, esse interesse pela adoção nunca foi evidente e nela foi trabalhado outras formas para que ela pudesse traçar um caminho ao sair da instituição.

Isso se tornou mais difícil ainda para ela porque não havia referências familiares, não havia alguém lhe esperando quando alcançasse a maioridade e saísse do acolhimento institucional, por conta disso Lara permaneceu dentro da instituição ao completar os 18 anos e com ela foi trabalhado a questão da autoestima, esse amadurecimento que ela foi adquirindo com o passar dos anos e buscando formas de fortalecimento que viesse a partir dela, do apoio recebido por parte da instituição.

Ainda que se tenha trabalhado bastante dentro do acolhimento institucional esses pontos que foram importantes para que Lara pudesse enxergar sua vida num outro ângulo, existe um sentimento por parte da vítima de abuso sexual que é o de impunidade ao agressor, do sentimento de que tudo poderia ser diferente, percebido na fala de Lara

Eu acho que se meu pai fosse mais atencioso eu acho que aquilo não teria acontecido se ele fosse um pai que fosse mais presente aquilo não teria acontecido, tudo seria diferente. A minha avó ficou muito magoada com tudo, ela veio pra falar as coisas sabe, me culpar por tudo o que tinha acontecido aí eu chorei muito naquele dia, chorei muito mesmo porque eu não tava preparada pra ouvir aquilo dela, tudo que eu queria era que as coisas fossem diferente. Quando tudo aconteceu, ah eu gostaria que meu tio fosse menosprezado, que ele sumisse, que ele não existisse, eu gostaria muito que a minha família me apoiasse, que ela me abraçasse, eu queria que elas ficasse do meu lado e queria que elas acreditassem em mim mas eu me decepcionei e tudo que eu queria naquele momento era que toda a família desprezasse o meu tio.

Parte dessa ideia de não haver julgamentos dentro do âmbito familiar sob o agressor, muitas vezes de fato nem chegando aos meios jurídicos é por conta da própria família que age

⁹ Viver sob regras de convivência, ter que conviver com pessoas diferentes, não ter como sair quando quiser, somente se for na companhia das mães sociais ou com as irmãs que são responsáveis também por cada criança/adolescente que mora ali. Ter uma rotina limitada a escola/abrigo/ e às vezes passeios nas férias ou finais de semana. Digo às vezes porque isso de fato não é algo tão frequente porque falta recursos financeiros para isso, as meninas passam boa parte do tempo dentro de um espaço físico que lhes permite brincar (porque há uma grande área de lazer), também participam de cursos que a própria instituição lhes oferece.

de maneira a “suavizar” tais atitudes, nunca se chega a acreditar que aquele homem é capaz de praticar tal crime, dialogando com a ideia de (1991) de que a estrutura familiar culturalmente vigente praticamente apoia esse papel ambivalente. A transgressão do incesto, continua Kupffer, pode ser moral e juridicamente punível. Entretanto, esse ato de violência só é possível enquanto a ideologia da família a considerar como algo intocável, intacto e inacessível ao mundo exterior.

A família da vítima, nesse sentido, longe de contribuir com o fim da violência que o tio impôs sob a sobrinha, trata de reafirmar os papéis que socialmente se percebe a respeito da relação adulto-criança, o do adulto que tem sempre a razão, da criança que não sabe o que diz, o poder do adulto sob corpos infantis, a dominação do homem em relação ao sexo feminino culpabilizando a vítima por ter sido violentada.

Ainda que os casos de abuso sexual contra crianças sejam motivo de uma profunda indignação, ainda se tem uma cultura que socialmente acredita cegamente que esse tipo de violência jamais ocorrerá dentro da sua família, que as relações estabelecidas lá dentro não estão abertas a receber críticas, que o lar é esse ambiente interno, privado onde “ninguém mete a colher”. É baseado nesse pensamento que abusadores encontram brechas seguras para praticarem a violência sexual intrafamiliar, afinal de contas o lugar onde isso acontece é de difícil acesso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampla mobilização da sociedade para tornar possível a cidadania de crianças cumpre uma tarefa muito importante no que diz respeito a visibilização desse grupo como indivíduos atuantes e parte do processo social. Como podemos perceber ao acompanhar a infância dentro de um cenário histórico, essa atravessou vários caminhos que empurraram as crianças para uma subalternidade, por isso a emergência de seus direitos se fez tão necessária.

Foi possível perceber também que essa subalternidade ainda se faz presente nos dias atuais e esta pode ser responsável por parte das violações aos seus direitos num cenário onde a lógica *adultocêntrica* da população constantemente age de forma violenta com a infância, sendo as crianças alvo de um silenciamento que muitas vezes é responsável por uma certa “anulação” desses indivíduos, ao resumi-los a seres pacíficos na sociedade.

Essa “passividade” alimenta um dos mais graves atos de violência contra a infância, o abuso sexual intrafamiliar e a exploração do trabalho infantil. Pois se constrói dentro das relações familiares essa ideia de que o adulto (principalmente na figura do homem) detém o poder e que por conta disso crianças devem submeter-se a tudo que lhes é imposto. E isso vem muito bem apoiado no machismo e no patriarcalismo, responsáveis por perpetuar essa lógica de poder, força e violência contra grupos específicos tais quais mulheres e crianças.

Por conta de todo esse cenário apresentado e dado o fato do abuso sexual contra crianças dentro do âmbito familiar se apresentar de uma maneira tão cruel e de uma dificuldade de descoberta muito grande foi que se pensou num cenário onde busque-se apresentar a emergência de desbanalizar a fala de crianças e de apresentá-las o conhecimento acerca de seus direitos, seus corpos. Não se combate esse tipo de violência sem priorizar que espaços sejam criados para que esse silenciamento seja urgentemente quebrado.

Dado a gravidade da violência sexual intrafamiliar e a necessidade de combatê-la, o acolhimento institucional apresenta-se como um dos resultados dessa política pública que caminha a passos lentos no que diz respeito a realidade do município de Santana - Amapá, por ser o Lar Betânia a única instituição presente no município para acolher crianças que foram vítimas de abuso sexual ou que tiveram seus direitos violados de outra maneira, e este ser uma iniciativa por parte de uma congregação religiosa católica.

Apesar de essa ser uma iniciativa muito importante, é necessário frisar que de acordo com as percepções possíveis a partir da pesquisa de campo, o Lar acaba também sendo esse ambiente onde o adultocentrismo impera, aliás, este é fruto da sociedade e está enraizado nas relações com a infância. Embora as irmãs e todos os profissionais que atuam na instituição

busquem caminhos para que as meninas sejam acolhidas num ambiente que lhes garanta proteção, se tem muito forte a ideia de hierarquização, o poder do adulto sob a criança.

A baixa atuação do município no combate a esse tipo de violência foi perceptível, principalmente no que diz respeito ao convênio que o Lar Betânia tem com a Prefeitura de Santana, onde muitas vezes não foi repassado o valor estabelecido para manter o funcionamento do Lar.

Sendo assim, é importante que o combate ao abuso sexual contra crianças seja de fato um compromisso que se dê a nível municipal e estadual, estabelecendo caminhos para que políticas públicas de qualidade possam ser criadas afim de garantir que crianças vítimas de abuso sexual que foram destituídas do poder familiar possam ter uma rede de apoio que busque, assim como no Lar Betânia, fornecer condições para que essa vítima possa criar um novo caminho ao sair do acolhimento institucional.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea. Escola e Educação Sexual: uma relação necessária. 2015
- ARIÉS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AZEVEDO, Maria Amelia Nogueira de; GUERRA, V N A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. [S.l: s.n.], 1989.
- ALMEIDA, Adriene; SILVA, David. A construção histórica da cidadania ocidental: uma abordagem de gênero. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP* <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 13, n. 1, p. 115-126, jan./abr. 2020.
- BUENO, Rita Cássia; RIBEIRO, Paulo Rennes. História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *RBSH 2018*, 29(1); 49-56, 2018.
- BRASIL, Constituição Federal
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília.
- BRASIL, *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra crianças e adolescentes*. Maio, Brasília, 2013.
- CADEMARTORI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. *Rev. SER Social, Brasília*, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012
- CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CORSARO, William. *Sociologia da Infância*. Trad. Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Organizado por Michael Schoter; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, 1994.
- FALEIROS, Vicente. *Estado e sociedade: Parcerias e práticas contra a violência sexual*. Brasília: Universa, 2010.
- FALEIROS, Vicente. *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, edição eletrônica.
- FALEIROS, Vicente. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 65-82, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I - A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GUIMARÃES, Jacqueline. Direitos humanos de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 13 Nº 25, Edição Especial de 2021

GONÇALVES, R. C.; FALEIROS, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. *HOLOS*, vol. 5, 2013. p. 255

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*. volume 16(1): 171-196 (2005)

MARTELLI, Andréa Cristina. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso? *Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual*. 2013

MASCARO, Alysson Leandro. Direitos Humanos: uma crítica marxista. *Lua Nova*, São Paulo, 101: 109-137, 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro. Editora: FIOCRUZ, 2006.

NASCIMENTO, M. L. Apresentação Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social” Jens Qvortrup. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 22, n. 1, p. 199–211, (2011).

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643291>. Acesso em 06/04/21

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010.

RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

SCOTT, Parry. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 9, volume 16(1): 217-242 (2005).

SILVA, Enid Rocha Andrade. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.: il.

SANTOS, M. A. *Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante?* Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

SANTOS; DELL’AGLIO. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*; 22 (2): 328-335, 2010.

VIEIRA, Monique. Violência sexual contra meninas: do silêncio ao enfrentamento. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 101-116, 2018.

ANEXO 1 - ENTREVISTA LARA

Como era a sua vida antes de vir para o Lar?

- A minha vida era tipo, eu só vivia trancada dentro de casa, eu morava com a minha avó, meu tio, meu primo e meu irmão, aí tipo eu só vivia trancada dentro de casa porque meus pais eram tipo bem rígidos, sempre foram. E eles não deixavam eu sair, eu era uma garota meio que rebelde pelo fato do meu pai não me dá atenção, só que ele nunca soube disso né e ele é um homem que ele fica na dele né, ele não gosta de tá falando sobre os sentimentos, se ele tá triste, se ele tá feliz ele também nem demonstra. Quando a gente ia dá um abraço né também ficava meio que difícil sabe? Porque ele era muito, como é que se diz... posso dizer uma palavra: durão. Aí ele não deixava eu sair, aí também a minha avó me tratava muito mal, eu fazia as coisas e tudo o que eu fazia pra ela tava mal feito, ela não reconhecia nada do que eu fazia, tipo nada. Ela sempre olhava pro lado ruim, porque tem os dois lados né, o bom e o ruim e ela optava sempre pelo lado ruim. E meu irmão, a gente brigava muito e eu acho assim que eu não amava o meu irmão mas eu passei a amar ele quando eu vim pra cá, porque eu senti falta dele.

Você só tinha um irmão?

- Só tenho um irmão por parte de pai e mãe, mas por parte de mãe eu tenho 3 eu acho, parece que são dois gêmeos e mais um. Porque eu não conheço a mamãe, aí eu fiquei sabendo que ela é muito inteligente. Que a mamãe quando eu era pequenininha ela falou que ela ia pra um lugar aí, aí dizendo a vovó né, falou que ela foi embora e deixou o papai. A vovó sempre me xingou sabe? Sempre quando, tipo assim eu queria conversar e tal, ela nunca conversava, ela só gritava, quando ela falava alguma coisa era gritando, sempre alterava a voz, ela não dava espaço pra gente falar o que a gente sentia e nem deixava a gente se explicar, nada disso, pra ela tudo na base da arrogância.

Mas você morava com a sua avó no caso?

- Morava com a vovó, ela que cuidava da gente, aí o papai é um cara que ele bebia muito também, logo quando eu comecei a morar com eles porque eu morava com a minha avó em Calçoene e depois o papai foi me buscar lá, pegar minha guarda, aí eu vim pra cá.

Ah, eu pensei que você morava aqui mesmo. Você é de Calçoene no caso?

- Não, eu vim pra morar aqui, eu passei 9 anos morando aqui, aí foi onde toda a história começou, entendeu? Aí nisso, meu pai me tratava bem, mas depois com o passar do tempo né, com as brigas que a gente tinha, o papai sempre, nunca soube conversar sabe, porque minha avó ela é uma pessoa arrogante aí o que ela dizia pro papai fazer ele fazia, aí ela fazia de tudo pro papai me dá uns tapas, enfim, aí ele me dava. Aí ele passou tipo assim, qualquer coisa que eu fazia ele me colocava de castigo, de joelho, eu apanhava, só que ele nunca tipo parava pra pensar “ah, eu vou conversar com ela porque ela fez isso” não, era sempre na base da pancada, só isso. Aí eu era muito sensível, muito, uma menina muito frágil, qualquer coisa eu ficava chorando pelos cantos, eu chorava, chorava, chorava... sabe, eu não tinha controle em relação as minhas emoções, tudo me fazia chorar.

Aí nesse tempo, você tinha quantos anos?

- Olha, eu tinha 9 anos. Aí com o passar do tempo né, meu tio parece que ele já morava com a minha avó, aí como eu fui pra lá morar com eles eu tive que morar né, a gente sempre mudou muito de casa, aí tipo os meus pais sempre trabalhavam muito, meu pai trabalhava de manhã, um dia sim um dia não, ele pegava da noite umas 6h até 6h da manhã, aí ele trabalhava um dia sim um dia não, eles nunca paravam em casa, o papai na verdade sempre foi muito mulherengo, ele bebia muito, não sei porque. A vovó sempre falava que era porque, acho que porque ele

amava muito a mamãe. Pra ele, a bebida fazia ele ficar feliz, essas coisas, aí ele bebia muito. Ele tava quase um alcoólatra, aí quando eu cheguei pra morar com a vovó ele bebia, bebia, ele ia trabalhar e ligava pra buscar ele porque ele tava bêbado. Aí eu ficava triste porque, sei lá, desde quando eu conheci o papai eu não sei mas tipo eu considero ele o melhor pai do mundo apesar dele ter os defeitos dele porque eu acho que todo mundo tem seus defeitos, mas assim é um amor que eu sinto, é um amor incondicional, sabe? Eu amo muito o meu pai, apesar dele ter feito o que ele fez, de ter dobrado as costas mas eu nunca faria a mesma coisa com ele. A irmã até fala que eu sou uma pessoa muito boa.

Mas assim, você ainda tem contato com ele? Ele vem te visitar?

Não. Eu fiquei sabendo que ele se revoltou por um lado, porque ele pensou que no dia da audiência que teve aqui né ele queria que eu fosse morar com a minha madrasta, só que aí eu falava assim: como é que a gente vai morar com ela sendo que a casa não é nem sua, qualquer coisa se ela terminar com o senhor aí ela coloca a gente pra fora, a gente não tem onde morar, a gente vai ficar aonde e como? Aí ele ficava tipo meio que chateado porque ele queria porque queria que eu fosse com ele, aí no dia da audiência parece que deu tudo errado e aí ele se separou da madrasta, aí eu não fui.

Foi mesmo? Aí imagina só se você vai, né... como é que seria? Mas essa audiência foi recente ou já faz tempo?

- Não, já faz muito tempo.

Você tá há quanto tempo aqui no Lar?

- Já vai fazer 6 anos.

Mas você é uma das mais velhas aqui ou ainda tem mais?

- Tem a Carolzinha, só que ela não é tão velha, porque quando ela chegou aqui eu já tava.

Teve essa audiência com seu pai, você não teve mais contato com ele não?

- Não, porque nesse dia né deu tudo errado, aí ele achou... um dia desse eu dei de cara com a minha avó né... Do nada eu dei de cara com ela. Tipo assim, porque, na verdade tudo começou porque tipo, meu tio, ele.. quando eu era pequenininha ele tipo começou a mexer nas minhas partes e eu achava aquilo muito estranho, sempre achei né. Só que como eu só tinha 9 anos aí eu ficava meio que com medo, sei lá. Quando a gente tem essa idade a gente não tem noção das coisas né. Aí depois com o passar do tempo ele continuou fazendo o que ele tava fazendo, depois ele passou a tipo me abusar mesmo, sabe? E meus pais não sabiam, aí ele ficou fazendo essas coisas deixa eu ver... dos 9 anos até os 12 anos, porque com 12 anos de idade eu estudava numa escola chamada Joanira e lá tinha uma Professora, ela falava, teve um dia que ela começou a falar dessas coisas, aí... ela explicou e tal, aí eu tinha umas coleguinhas né, aí eu comentei com elas isso, né. Aí eu falei assim: isso é errado mesmo? Eu conversei, falei pra ela mas não tudo né, eu só falava, aí ela até ficou tirando graça comigo, falou assim: “olha, não sei o que, o tio da Lara fica fazendo essas coisas com ela”, aí depois disso, nisso chegou na boca da professora, aí a professora conversou comigo, perguntou se era tudo verdade, eu falei que sim, mas eu não contei detalhes. Mas eu criei coragem porque eu já tava me sentindo sufocada com meu tio, eu não podia digamos assim olhar pra ninguém que meu tio falava pra minha avó que eu já queria namorar, e sentia ciúmes de mim, foi quando eu me senti encorajada a falar e falei. As vezes meu tio tinha folga aí quando tava eu, meu tio e meu irmão, o meu tio ele pedia pro meu irmão ir comprar algo na rua pra ficar só eu e ele e aí ele ficava me acariciando, pegando mais no meu peito, no meu bumbum e eu me sentia estranha e tipo no início eu queria chorar e eu ficava pensando sobre aquilo sabe? Que eu ia contar pro papai mas meu tio pediu pra eu não

contar e aí eu não contei, e ele disse que se eu contasse ele ia ser entregue pra polícia e enfim. Teve uma fase que foi assim dos 10 anos de idade que ele fez eu gostar dele, teve uma fase que eu me apaixonei, como se eu tivesse apaixonada por ele entendeu? Que no início ele tipo.. eu achava estranho aquilo e ainda assim eu continuava achando, só que a diferença era que eu tinha me apaixonado, ele fez com que eu me apaixonasse por ele, e as vezes ele queria tipo, ele perguntava quando eu me apaixonei por ele e eu não queria fazer aquilo com ele, aos 10 anos de idade ele falava bem assim: “tu não quer 1 real? Eu te dou 1 real se tu fizer tal coisa comigo, se a gente for pra cama” e aí eu só me calava, toda vez eu me calava. E eu tipo assim ficava intacta.

E como foi depois que você confirmou para a Professora que passava por esse tipo de violência?

- Aí depois foi pro diretor e o diretor me levou lá pro conselho tutelar, aí nisso, nesse dia parece que eles passaram o dia todo né, acho que eles ficaram me esperando em casa e aí eu não fui pra casa porque me levaram pro conselho tutelar, aí eles foram lá no conselho, eu tava lá no conselho que o diretor me levou pra lá. Tava meu tio, meu pai, minha avó e meu pai. Aí eles estavam lá dizendo que eu tinha desaparecido desde o horário, desde meio dia, aí eu tava lá, a Cris que é a conselheira até me trancou lá dentro da sala dela e disse: “Espera aqui que eu já volto”. Aí eu escutei tudo atrás da porta né, porque dava pra ouvir tudo. Aí parece que a Cris conversou um pouco com eles, aí ela explicou a situação, ela perguntou pra ele se ele fazia e ele negou, ele falou que não, disse que não, não e não, ainda deu uma risada de deboche. Ninguém acreditou, porque eles falavam que ele me tratava como uma filha disque, aí a vovó não acreditou. Aí a noite eu vim pra cá né, aí no início foi bem difícil ficar aqui.

Aconteceu tudo no mesmo dia?

- Foi, eu vim pra cá umas onze horas da noite. Porque eles estavam fazendo relatório, essas coisas, acho que eles vieram aqui conversar com a irmã pra vê se ela me aceitava, no tempo da irmã Joana. Aí tá, eu vim pra cá, pensei que era uma escola aqui quando eu cheguei. Foi tudo muito difícil, eu chorava muito pelos cantos porque tipo, eu senti muita falta do papai, do meu irmão.

O processo de adaptação foi complicado?

- Foi, foi bem complicado porque é muito difícil tu sair da tua casa pra ti vim pra cá morar com pessoas que tu nunca conviveu, pra mim foi tudo muito difícil. Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa muito chorona; chorona não, muito sensível. Ainda sou né, mas eu tenho controle das minhas emoções mas quando eu cheguei tipo aqui eu não tinha. Aí tipo foi muito difícil ter que aceitar tudo, entendeu? Tudo, tudo... pra mim o mundo ia acabar. E depois eu acho que passou uma semana ou duas aí papai e a vovó veio me visitar.. eu chorei muito com ele porque ele não conseguia nem falar, ele só fazia chorar, chorar, chorar, aí eu chorava junto com ele sabe? Ele falou que não acreditava no que tinha acontecido, e a minha avó só veio aqui pra falar as coisas pra mim, brigar comigo né, aí eu chorei. Quando eles foram embora eu fiquei chorando, eu fiquei sentida, sabe? Às vezes eu ficava me culpando pelas coisas que tinha acontecido, aí tinha atendimento com psicólogo, eu nunca falei assim toda a verdade pra ele, eu não conseguia, aí chegou uma fase da minha vida.. não, antes de eu chegar nessa fase eu era uma pessoa muito rebelde, eu aprontava sim, se me desse advertência eu não tava nem vendo porque todo adolescente passa por esse processo, ainda mais a gente né que já passou por todas essas coisas e quando a gente chega aqui pra gente é tudo muito difícil, sabe? Porque é muita coisa pra nossa cabeça, e era o que eu pensava sabe, eu não conseguia, as vezes eu ficava fazendo perguntas e não conseguia responder e eu sempre fui uma garota muito rebelde, eu não procurava compreender as coisas porque eu acho que eu tava muito magoada por dentro. Eu

não conseguia aceitar assim, é muito difícil. Aí quando eu cheguei aqui né, eu tive atendimento com uma psicóloga que trabalhava aqui, era uma assistente social e uma psicóloga. Só que aí eu não gostava muito delas, eu não cheguei a me abrir com elas, conversar com elas, falar o que tinha acontecido, só pra me dá advertência e tal.

Chegou o tio Anderson e a tia Maria, não gostava deles dois no início, passei um ano rejeitando ela, ela e o tio Anderson. Mas com o passar do tempo né aí eu fui gostando e tal dela, ela sempre foi uma assistente social que chamam ela de “tia coruja”, porque a tia sempre pegou muito no meu pé, sabe. Quando eu estudava, eu tava no ensino fundamental, aí a tia pegava no meu pé falando assim: “olha, tu tá fazendo teus trabalhos direitinho?” ela pegava meu caderno pra ver, e é só no meu que ela fazia isso lá em casa. Ela ficava: “Lara é verdade que tu fez isso, isso, isso e aquilo? É isso que tu quer pra tua vida? Lara as coisas não é assim” ela sempre pegou muito no meu pé mas tipo assim, eu tenho que agradecer ela também porque ela faz parte da minha vida e eu aprendi muita coisa com ela, ela me passou muito conhecimento, com esse conhecimento eu pude amadurecer; claro que ainda tenho que aprender muita coisa mas isso aí a gente vai aprendendo. Aí com o atendimento com o psicólogo que eu tive que é o tio Anderson, ele foi um cara que fez parte da minha vida assim, aí com o passar do tempo, antes dele ir embora eu comecei a contar as coisas pra ele mas eu era uma menina muito imatura, sabe, eu demorei pra amadurecer, eu não contava as coisas tudinho pra ele, eu não me sentia a vontade pelo fato eu acho dele ser um homem, eu não me sentia a vontade. Só que chegou um dia que eu cheguei com ele e conversei porque de tanto eles falarem assim que quem faz a nossa história é a gente, aí pras coisas realmente acontecerem e a gente conseguir alcançar o que a gente almeja a gente precisa mudar né, caso a gente não esteja no caminho certo. Aí eu comecei a pensar isso, aí eu cheguei pro tio Anderson e contei tudo o que tinha acontecido, foi um alívio ter contado tudo pra ele porque eu tava guardando há muito tempo, tipo tudo tudo, contei com detalhes, sabe? Eu tive coragem de contar com todos os detalhes pra ele, depois disso a minha vida mudou completamente... Hoje em dia se eu for falar assim, é claro que isso é meio constrangedor assim mas eu não me sinto mais tanto medo em falar, eu também não sinto mais tanto rancor nem tanta mágoa, porque eu acho que as vezes a gente só precisa falar o que sente pras pessoas, né.

Qual é, olhando no seu ponto de vista a relação que você tem com as meninas da sua casa? Qual a relação que você estabelece com elas?

- A gente não conversa muito não porque, mais ou menos.. já tenho 18 anos, tem uma de 14, tem umas de 15 e tem umas de 17 eu acho. E a gente não conversa muito sabe, porque eu percebi que a gente pensa muito diferente uma da outra, ninguém é igual né, só que quando eu vou falar uma coisa aí tipo elas não estão nem aí, aí eu deixo pra lá. Às vezes eu brinco com elas, só que aí eu não falo o que eu sinto pra elas porque eu sei que elas não vão meio que se importar, sabe, mas quando elas chegam pra conversar comigo eu ouço elas porque eu sou alguém que eu consigo muito ouvir as pessoas sabe quando elas querem ser ouvidas eu só faço ouvir, depois eu aconselho e tal, é mais assim, porque eu não paro muito em casa porque eu trabalho.

Não tem nenhuma que esteja próximo a sua idade?

- Não, se tem eu acho que tem aquela questão da pessoa ter maturidade, tá caminhando pro estágio de ser mais madura sabe, isso leva um tempo, assim como eu levei também, não foi fácil ter que mudar.

E 6 anos aqui dentro, é um grande processo...

- Passar 6 anos aqui eu aprendi muita coisa, gente, eu queria poder falar tudo o que eu penso, tudo o que eu aprendi, contar os detalhes..

Quais são as histórias que te marcaram muito dentro do lar?

- Tenho certeza que foi a minha vinda pra cá, foi algo que sempre será marcado porque primeiro que se eu não tivesse aqui, eu acho que a minha vida... eu não estaria do jeito que eu estou hoje sabe, eu já tô numa nova fase da minha vida, tô pensando em fazer faculdade esse ano, tô terminando o ensino médio, tenho muitas pessoas que me amam. A irmã me dá maior apoio e ela acredita muito em mim e isso me deixa muito feliz só pelo fato dela acreditar, sabe? “Eu acredito no teu potencial, Elane, tu é uma menina diferente” quando ela fala isso eu até me emociono, ela me ama muito, assim como ama a todas.

Então a tua vinda pra cá foi considerada um divisor de águas né, mas não existe por exemplo, se você olhasse pra trás, foi o teu pior ou melhor momento?

- Acho que os dois. Metade, metade. Porque quando eu vim pra cá eu demorei pra me adaptar, no início eu fiquei muito rebelde, não queria saber de nada, não tava nem aí mas sempre estudei, em relação aos meus estudo sempre fui boa, sempre fui muito esforçada também, acho que os dois lados. Eu posso considerar só como boa porque nessa vinda pra cá eu passei por dificuldades, eu pensei em desistir várias vezes, teve uma fase da minha vida que eu achei que ia entrar em depressão que eu só vivia chorando, chorando, entrava dentro do quarto e ficava chorando porque eu sentia muita falta do meu pai porque a gente sempre foi muito unido, muito agarrado, sabe? E quando o papai saía assim, era eu que ficava esperando ele até 2h, ele saía, ele chegava tipo todo alcoolizado, eu que dava comida pra ele, enquanto ele não ia dormir eu não ia sossegar.

Você chegou no Lar com quantos anos?

- com 12 anos.

Você completou 18 anos aqui dentro, e quais são suas perspectivas a respeito da saída? Como você pensa ao sair do Lar? O que te fez permanecer aqui com 18 anos e quais as perspectivas.

- pelas experiências que eu já tive e também com tudo que eu aprendi, a tia Maria sempre fala “a gente mostra o caminho mas quem vai caminhar são vocês” e aí tipo eu quero fazer minha história, eu quero escrever, eu quero que ela seja diferente, quero dá a volta por cima. A tia sempre fala “Lara, tu não vai ficar aqui pra sempre” e eu já me acostumei com essa ideia porque é verdade, ela sempre fala “Lara tu tem que te deparar com a tua realidade, que é só tu, entendeu? A gente tá aqui, mas uma hora tu vai sair e quando tu sair, o que tu pretende fazer?” tipo assim, eu quero me formar e ela fala “nem que tu fique aqui 10 anos mas que tu saia formada” e é isso que eu pretendo sabe, meu objetivo é esse, fazer a faculdade, formada eu vou conseguir um emprego. Eu já vou trabalhar, eu já posso sair daqui, eu posso começar alugando uma casa pra mim, comprando minhas coisas devagarzinho.

Aí você permaneceu no lar por que perdeu o vínculo com a sua família?

- foi, também. Porque foi muito difícil sabe, tipo tentar ter proximidade com a minha família, aí ainda mais os atendimentos quando eles vinham era muito difícil, foi tudo muito complicado. Aí a tia Lu falou que realmente não dava pra mim voltar, não dava pra resgatar esse vínculo assim... pra mim foi tudo muito difícil, foi difícil ter que aceitar que eu não ia tá mais com eles, que eu ia ficar aqui, eu até ficava braba as vezes, ficava angustiada porque eu queria ir embora.

Mas hoje em dia você ainda tem esse sentimento de ir embora?

- Eu quero ir embora gente, mas eu quero ir embora sabendo pra onde eu vou, tipo o que eu vou fazer, é isso. A minha realidade é: se eu sair daqui, pra onde eu vou senhor? Vai ser tudo muito difícil.

A tua vivência aqui dentro, como foi?

- foi muito difícil ter que me adaptar com as regras também, não que na minha casa não tinha regras... é totalmente diferente ter que me acostumar com as meninas, entende? Eu também reclamava “ah que a gente não tem privacidade e tal”.

Essa questão de você perder o vínculo com a sua família torna tudo mais difícil?

- Pra mim foi muito difícil, hoje não é tão difícil assim porque depois que a gente se acostuma sabe com a ideia de que as coisas vão ser sempre assim, talvez algum dia possa mudar né.

A tua relação com as irmãs, no geral, é boa?

- Sim. Não tenho nem o que me queixar.

Durante esse tempo, qual foi a sua maior dificuldade para permanecer aqui?

- Porque era em relação a nossa saída que a gente nunca podia sair, só com a mãe social e as vezes eu ficava tão entediada que eu queria sair pra tomar um sorvete e tipo isso eu achava impossível né, ficar aqui por conta disso. Foi só isso.

A respeito de tudo o que você passou antes de chegar no lar, naquele momento se você pudesse analisar algo, o que gostaria que tivesse acontecido de forma diferente?

- Eu acho que se meu pai fosse mais atencioso eu acho que aquilo não teria acontecido se ele fosse um pai que fosse mais presente aquilo não teria acontecido, tudo seria diferente. A minha avó ficou muito magoada com tudo, ela veio pra falar as coisas sabe, me culpar por tudo o que tinha acontecido aí eu chorei muito naquele dia, chorei muito mesmo porque eu não tava preparada pra ouvir aquilo dela, tudo que eu queria era que as coisas fossem diferente. Quando tudo aconteceu, ah eu gostaria que meu tio fosse menosprezado, que ele sumisse, que ele não existisse, eu gostaria muito que a minha família me apoiasse, que ela me abraçasse, eu queria que elas ficasse do meu lado e queria que elas acreditassem em mim mas eu me decepcionei e tudo que eu queria naquele momento era que toda a família desprezasse o meu tio.

Pra encerrar, existe algo que você queira falar, a respeito da sua história ou algo que queira deixar registrado?

- Eu acho que todo mundo tem uma história né, independente dela ser boa ou ruim mas a gente tem a oportunidade de mudar, porque tem pessoas né não sei como mas surge pessoas pra ajudar a gente sabe a me levantar, e foi isso que aconteceu. Pra minha sorte né, eu acho que nunca foi sorte sempre foi Deus no meu caminho e eu acredito que ele tem um propósito pra minha vida sabe... E assim, acho que a gente nunca deve desistir dos nossos sonhos né independente se for bom ou ruim a gente deve lutar, tem dificuldades também porque a nossa vida não é um mar de rosas né, então a gente tem que lutar pra ser feliz e conseguir tipo assim tudo o que a gente sempre almejou. Ah, e tipo assim eu ainda quero conquistar muita coisa porque eu olho pra minha história e falo assim: “foi muito difícil, eu já passei por tantas coisas piores, por que eu não dou conta de conseguir vencer isso daqui? Poxa, isso é muito pequenininho perto do que eu já passei”, então eu consigo sim. Eu penso assim, sabe? Eu olho pra minha história e ela me dá muita motivação pra mim continuar.

ANEXO 2 - ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL DO LAR BETÂNIA

Como foi a sua experiência dentro do Lar?

Maria: A minha entrada no Lar Betânia foi em 2014, então assim o acolhimento institucional foi uma coisa muito nova pra mim, na faculdade ainda graduando a gente viu muita coisa sobre o estatuto da criança e do adolescente, direitos da criança e do adolescente e muito pouco sobre acolhimento institucional e a área da criança e do adolescente era uma área que eu me identificava muito, que eu gostava de trabalhar, gostava dos projetos que a gente fazia na faculdade ainda e quando me teve a oportunidade de ir atrás de um trabalho, eu agarrei mesmo, mas foi muito novo. E assim, no momento que eu cheguei, que eu me deparei foi assustador né, porque era algo novo, a gente lidar diretamente com pessoas que já tem aquele perfil seu pronto entendeu? E você ter que desmistificar a construção de ideias que aquelas pessoas já tinham, então no caso das meninas do Lar Betânia que já eram adolescentes de 12 anos né, 13, 14, até 17 né, era muito difícil porque naquele momento ali eram pessoas que tinham uma idealização de comportamento, de vida, de relações entre pessoas muito diferente do que a gente é acostumada a vivenciar e naquele momento, no primeiro momento, foi um impacto, tive vontade de ir embora e não voltar mais mas depois a gente se fez a pergunta de que se era realmente aquilo que a gente queria né, então foi um desafio que eu tive que enfrentar e com o passar do tempo a gente viu que talvez pela falta de experiência naquele momento né, a gente teve vontade de desistir. Com o passar do tempo a gente viu que não, que dependia muito da gente, do trabalho que a gente tinha que iniciar, construção, aprender a lidar com comportamento diferente, personalidade diferente, e de uma forma que garantisse de fato o direito daquelas meninas ali que já estavam com o direito totalmente violado desde quando entraram, dentro do contexto familiar. E pra mim assim, depois se tornou muito gratificante, a gente vê o reflexo do nosso trabalho depois lá dentro com as mudanças no entendimento das meninas sobre a vida, sobre o que querem pra elas, entendeu? O que é realmente um contexto de família, o que é trabalhar violência pra que elas possam ressignificar e dá continuidade na vida delas aqui fora depois que saíssem.

Durante seu tempo de trabalho, o que você considera como maior desafio dentro do Lar?

Maria: O primeiro momento... o primeiro desafio que você tem: querer fazer as coisas e não poder, não poder por questões financeiras né porque o Lar Betânia é como se fosse uma ONG né embora tenha o apoio de recursos públicos da prefeitura, municipal mas ainda assim é muito pouco, então assim a gente quer fazer as coisas porque a gente tem que proporcionar pra elas o bem estar, a qualidade de vida, então pela falta do recurso prejudicava muito porque imagina só você tá ali, você sai do teu contexto familiar, vai pra uma instituição onde tu pode ter comida, tu pode ter bebida, tu pode ter o que vestir, onde dormir, mas não é a tua família, e querendo ou não era uma realidade que muitas delas não conheciam então pra elas o que importava é lá, o que eu deixei pra trás, minha mãe, meu pai, meus irmãos, independente do que eu vivi, da forma que eu passei, da roupa que eu não tinha pra vestir mas era a minha família, quando você vem pra esse meio de pessoas que você não conhece, é muito difícil criar laços, é muito difícil... então você tem que tocar nessa pessoa, mostrar pra ela a realidade, isso foi um dos maiores desafios. E depois vem a falta de recursos né, que você não tem pra investir no teu trabalho, pra dá pra elas oportunidades, pra mostrar pra elas o outro lado da vida, coisa que elas não conheciam, que muitas delas só conheciam de prostituição, drogas, da violência que sofreu, então elas não tinham aquele entendimento de que é a fase da adolescência, como viver a fase da adolescência, então esse foi um dos maiores desafios.

Qual seria a maior dificuldade em lidar com as meninas dentro do Lar?

Maria: A gente teve muita dificuldade porque muitas delas sofreram violência muito cedo, a própria literatura fala que quanto mais cedo você estimular o ato sexual, mais você tem desejos e vontades, então isso era muito aflorado nelas e muitas delas não entendiam que sofreram violência, então esse era um fator principal também que a gente tinha que trabalhar e fazer com que elas entendessem que o que elas estavam vivendo ali num contexto familiar era violência, porque na cabecinha delas não tinha esse entendimento. Então a gente fazer elas compreender isso, entender esse círculo de violência que elas viviam, que se repetia no contexto familiar porque ali já tava envolvido mãe que já tinha passado pela mesma coisa, tia, sobrinhas, até chegar nelas, muitas delas foi esse ciclo, entendeu? Então assim, fazer elas terem esse entendimento e depois trabalhar essa sexualidade aflorada foi o mais difícil, a gente teve muitos altos e baixos sim, muitas relações conflituosas porque a gente querendo ou não diante de uma situação dessa elas tentavam muito se impor né, e a gente tinha que não bater de frente mas se impor também como profissional ali dentro, pra que elas tivessem respeito porque muitas delas não tinham e isso demorou muito tempo a ser construído, sabe?

Inclusive, a Lara foi a que eu realmente conversei e ela falava “ai tia, quando eu cheguei aqui eu era muito rebelde, a tia sabe como eu era e tudo mais...” é todo um processo né. Eu foquei bastante na visão da Lara, é muito mais importante trabalhar a questão da violência quando você ouve a vítima... Então a Lara é muito importante nesse trabalho, eu estava lendo a entrevista né, e ela falava muito de ti, por todo o processo que ela passou dentro do lar, você foi muito importante pra ela. Aí eu destaquei uma pergunta: como você analisa o processo da Lara dentro do lar? Como você vê as perspectivas dela, como ela entrou no Lar...

Maria: Assim, a Lara salvo engano ela entrou com 12 anos, ou ia completar 12 anos e muito menina, muito imatura e passou por muitas dificuldades lá dentro pra poder entender o que era aquele processo de acolhimento, houve episódios de fugas, duas ou três fugas se eu não me engano, não me recordo. E até que a gente chegasse ao ponto que a Lara tá hoje foi bem complexo, embora ela desse abertura mas ela também ela dava abertura pra gente mas era muito fácil também dela se deixar envolver por outras meninas que as vezes estavam chegando na instituição já com uma vivencia muito maior que ela do mundo aqui fora, até mesmo de prostituição que não era o caso da Lara, o dela foi abuso realmente, onde ela acabou ali se apaixonando pelo abusador né, como ela foi abusada desde os 9 anos sexualmente, ela tinha aquilo muito intenso e ficar pra ela dentro de uma instituição de acolhimento era meio que enclausurar né, então por isso vinha as fugas, pra ela aliviar ali a questão sexual dela e retornar pro abrigo, mas com o tempo a gente pegou o que era mais de fraco que ela tinha e o que era mais positivo, não só eu como a psicologia também focamos nisso pra tentar trabalhar isso com ela, ela tinha uma fragilidade emocional muito grande, o que era a fragilidade dela? A gente focou nessa fragilidade. Tentamos as relações familiares né, que era muito evidente na época pra ela, o tentar, o retorno pra família, o que não foi viável novamente porque a família...

Ela tinha uma ligação muito forte com o pai?

Maria: ela tinha com o pai e o pai não tinha com ela né, então isso, foi aí a gente teve que dá um choque de realidade, essa que é a verdade né, se era o que ela queria a gente tentou proporcionar até fazer ela perceber que realmente não bastava só ela querer, que era os dois lados que tinham que querer a mesma coisa pra fazer dá certo, pra que o retorno dela pra família fosse possível e com isso ela percebeu que realmente não dava, então ela começou a perceber, a gente teve que trabalhar dessa forma com a Lara, entendeu? Mostrar pra ela a realidade, deixar ela viver um pouquinho aquela realidade, ainda que fosse pra chorar, entendeu? Pra ela poder perceber, e foi aí que ela foi resignificando toda a história dela, tudo que ela viveu e hoje ainda embora ela esteja lá com a gente já na maioridade, isso foi uma vontade dela permanecer né, porque ela tinha o livre arbítrio de ir embora mas ela escolheu ficar. Então assim a Lara ficar

pra gente foi... nossa, como a gente costumava falar pras meninas: “salvando uma do mundo lá fora, da violência lá fora, era tá ganhando mil”, então esse prazer eu tenho em dizer em relação a Lara, porque no momento certo ela mostrou pra gente o quanto ela tava serena e quanto ela tinha amadurecido, né, fazendo a escolha. Porque se a Lara volta pra família, volta pro mundo lá fora, ela ia se perder de novo, ela é muito frágil emocionalmente né, ela tem algumas decisões mas que a gente percebe que tem que ter um apoio, alguém sempre orientando ali, pra dá suporte, mas hoje ela tá seguindo, ela sempre quando ela quer tomar alguma decisão na vida ela sempre me pedia conselhos, “tia eu pretendo fazer tal coisa, o que vocês acham?” então é isso que de fato a gente vê na própria família da gente né, a gente quer tomar alguma decisão a gente sempre busca alguém pra alguma orientação, isso foi muito bom, vê essa mudança, esse amadurecimento na vida da Lara, e até hoje ela tá seguindo dessa forma.

E ela perdeu mesmo durante o processo de permanência no lar o contato com a família?

Maria: perdeu, ela foi destituída.

Mas nesse processo todo, elas são abertas pra adoção?

Maria: É, o acolhimento, elas vão pro acolhimento pra que a gente trabalhe as fragilidades, os motivos que trouxeram ela né. Só que aí a gente tem uma faca de dois gumes porque a gente tem que trabalhar a adolescente mas também tem que trabalhar a família e nem sempre a família tá aberta pra isso, muitas poucas são aquelas famílias que estão ali presentes, que entendem o processo do acolhimento, que querem sua filha de volta, chegam lá e dizem “ah, eu quero minha filha de volta” mas não tão ali também abertos pra serem trabalhados né, então a gente entende que não tem como simplesmente você querer que teu filho volte pra tua casa se você não está aberto as mudanças que são necessárias, então muito desses casos era isso que acontecia com as famílias, ou a falta de interesse da família em participar do processo, tem adolescentes até hoje, desde quando eu entrei, que nunca recebeu uma visita da família, então por aí você vê a falta de interesse deles, então no caso delas, elas tem esse processo quando a gente já começa a identificar que não haverá possibilidade de retorno pra família, a gente começa a já trabalhar isso com elas, a gente começa a trabalhar a possibilidade de uma família substituta, de falar sobre elas o que é adoção, os benefícios dessa adoção, explicar quem são essas famílias, que não é qualquer uma né, que é alguém que está cadastrado e principalmente que, não é simplesmente essas pessoas que estão no cadastro de adoção pra adotar uma criança, um adolescente que queiram ser vamos dizer “ah, eu quero adotar fulana” não, no caso das adolescentes tem que ser uma adoção mútua tanto do casal tanto da família, quanto do adolescente, então se isso não casar não vai dar certo, então a gente sempre procurou muito dessa forma né: “você tem interesse?” tem aquelas que sempre disseram que não, não não e não, que é o caso da Lara, a Lara nunca aceitou ir pra uma adoção, chegou a falar algumas vezes em aceitar ser adotada mas nunca vimos nela uma vontade genuína, entendeu? Então a gente nunca fortaleceu isso com ela porque a gente entendia que lá na frente poderia dá errado e que pra ela seria melhor seguir como tá seguindo até hoje, entendeu? A gente trabalhou a auto estima dela, trabalhar a autonomia pra ela crescer sozinha, claro que com referências. A gente buscou algumas referências em apadrinhamento afetivo que é um trabalho também muito importante que a gente tem, então a gente tentou também fazer isso e viu que não deu certo, então a gente buscou fortalecer simplesmente nela mesmo.

No caso dessas meninas que não entram no processo de adoção, elas alcançam a maioria e seguem como?

Maria: Quando elas completam a maioria que elas chegaram a ser adotadas, porque depois que há destituição do poder familiar elas entram no cadastro de adoção automaticamente, elas querendo ou não elas entram no cadastro de adoção, só que assim, a adoção tem que ser mútua,

então se tem um casal que pretende adotar uma adolescente mas a adolescente não quer, aquela adolescente a gente não vai trabalhar, vai direcionar pras outras que estão mais abertas e com o passar do tempo, chegando a maioridade, até os 21 anos, isso não tá no ECA mas no caso de acolhimento institucional ele possa se estender até os 21 anos, só que poucas vezes a gente vê isso na justiça, isso ser concedido pela justiça e aí vem aquela preocupação toda que é o caso da Irmã Rosane na época que eu tava né, tinham 5 meninas que tavam completando 18 em 2016/2017 e aí a preocupação dela: “o que que vai ser delas?” porque elas já estavam destituídas, tinham referências familiares mas não tinham laços afetivos, o que que vai ser delas? E a Irmã decidiu criar uma república, na época a gente criou a república, colocamos elas na república mas aí a república não fluiu por questões financeiras porque o município não investia também na república e o investimento na república era tirado do valor repassado pro abrigo, então não deu pra sustentar porque era mais um aluguel, mais uma despesa, era mais água, não tinha como, então a irmã decidiu fechar e trouxe as meninas novamente pra dentro do Lar e aí foi uma questão de escolha delas, daquelas que já tinham 18 decidiram ir embora, algumas ficaram e foram com o passar do tempo. A Lara não chegou a ir pra república, Lara completou a maioridade, permaneceu dentro do abrigo mesmo mas aí fica aberto... aquelas que, claro que a Lara tem livre arbítrio pra ir, pra sair, pra se divertir, ela não fica mais como as outras meninas né, mas ela deve pra quem tá lá hoje satisfação, pra onde que ela vai, o horário que vai chegar, é uma questão de cuidado mesmo.

E como você considera que seja o aparato do estado em relação a essas meninas? Durante esse tempo que você esteve lá, como você observa a participação do Estado no Lar Betânia?

Maria: É muito frágil em todos os sentidos porque não há investimento na qualidade, se hoje a gente tem um trabalho de qualidade no Lar Betânia, é por conta da atenção e cuidado que as Irmãs fazem porque lá elas buscam outros meios pro sustento daquela instituição né, venda de pão que são deles mesmo, trabalho voluntário, a gente tem muito apoio da comunidade que conhece o projeto então ajuda, mas do Estado mesmo é o mínimo, o mínimo que é determinado pra eles darem. Então assim, na época o valor que era estipulado era de R\$17.000,00, dezessete mil pra você sustentar 24 bocas, vestir 24 pessoas, dá qualidade numa roupa de cama, roupa pra vestir, pra calçar, isso é dever do Estado, proporcionar qualidade né, e a gente não tinha, a gente não tinha... fazíamos um milagre mesmo com muito pouco. Desse valor ainda tem que pagar energia, as despesas, tem que pagar os técnicos, eu recebia com esse valor que era repassado também.

Existe alguma realidade que o Lar, durante o tempo em que você esteve lá, existiu alguma realidade que o Lar não conseguiu atender por falta de estrutura? Algo do tipo..

Maria: Sim, várias vezes nós dissemos “não” para acolher alguém porque não adianta eu encher a casa se eu não vou ter o que dá de comida pra ela né, então várias vezes como a gente realmente tava sem nada por atraso de repasse de verba que acontecia de atrasar dois, três meses, até cinco meses já ficamos lá sem nada, vivendo só a custa da comunidade que ajudava com a alimentação, então não adiantava a gente abrir a porta pro acolhimento se eu não tenho qualidade pra oferecer no serviço né.. Se a gente for buscar na legislação, no próprio ECA lá ele diz qual o dever da instituição de acolhimento, mas pra isso eu tenho que ter um repasse, tem que ter recurso né, e o Estado e município não proporcionou isso pra gente.

Qual seria algo que você considera benéfico para o Lar? Questão de melhoria

Maria: Eu acho que a conscientização mesmo do Estado, do município, da importância que é esse trabalho porque falando diretamente do lar Betânia a gente tem ali pessoas que realmente estão voltadas praquele trabalho, as Irmãs que estão hoje lá trabalham gratuitamente pra tá ali, pra cuidar daquelas meninas, elas não recebem 1 real praquilo, quem recebe são os técnicos que

estão ali dentro e ainda assim a equipe técnica se resume ainda ao psicólogo e uma assistente social né, a gente sabe que elas precisam de um educador físico, a gente tem um hoje mas não é voluntário, professores pra suporte na escola, professor de reforço a gente tinha, hoje não temos mais, pelo menos quando eu saí já estavam saindo, não sei se hoje já voltaram mas não tinha porque não tinha condições de pagar né, fora a própria equipe que tá lá, as mães que cuidam, as mães sociais, a gente tem que investir nelas também porque elas acabam sendo referência pras meninas, então a gente tem que investir na qualidade, no trabalho delas, e é difícil com pouco recurso.

E você acredita que por exemplo, dentro do Lar vocês conseguem desenvolver todo esse processo e como você analisa hoje a perspectiva de vida dessas meninas?

Maria: Olha, das que eu sei, da época que eu estava e que saíram, pouquíssimas conseguiram seguir uma vida digna porque muitas delas voltaram pro contexto familiar que viviam antes e muitas delas são daquelas famílias em que não quiseram apoiar o trabalho, se envolver no processo de mudança pra ser fortalecido pra que aquela violência que ocorreu, não ocorresse mais. Então muitas delas voltaram, infelizmente voltaram para uma vida difícil.

ANEXO 3 – ENTREVISTA COM A IRMÃ COORDENADORA DO LAR BETÂNIA

Pra começar, eu gostaria que a senhora explicasse o que seria o Instituto Marcelo Cândia, como funciona o lar Betânia?

- O Instituto Marcelo Cândia na verdade é o Lar Betânia foi o primeiro nome dado quando nasceu a instituição, hoje chama “Casa de acolhida Marcelo Cândia”. Então, nasceu essa casa devido as irmãs vieram pra cá em 2007, aí antes trabalhavam com as famílias carentes e aos poucos foram vendo a realidade né, as necessidades reais que era o acolhimento de jovens que estavam em situação de risco social. Aí em 2010 nasceu né a casa de acolhida, a gente trabalha em modalidade casas lares, são 3 casas onde a gente acolhe, tem a capacidade para acolher 8 meninas e em cada casa mora uma quantidade de meninas, hoje não tá cheia mas tem 8 em cada casa e em cada casa mora uma mãe social que cuida dessas meninas como uma mãe mesmo, essa mãe social mora, tem direito a uma folga semanal e a um domingo ao mês, os demais dias ficam aqui e assim as meninas que a gente acolhe são meninas que são encaminhadas pra gente através da vara da infância, são detectadas na família né que elas estão sendo vítimas de algum abuso né, alguma violação dos seus direitos, aí a justiça traz, tira do poder familiar e traz pra gente, a gente acolhe de 09 a 18 anos incompletos, só que existe algumas situações, a gente tem duas situações que a adolescente completa seus 18 anos e não tem pra onde ir aí ela fica com a gente até se estruturar, conseguir ter sua própria casa, construir sua própria família. E se nessa faixa etária dos 09 aos 18 anos a adolescente tem um bebê a gente acolhe também o bebê, acolhe a adolescente juntamente com o seu bebê e é isso.

Irmã, quais são hoje as maiores dificuldades enfrentadas pelo abrigo?

- Assim, a gente tem um convênio com a prefeitura e o ano passado a gente foi contemplada com o convênio com a Assembleia Legislativa, esse ano ainda não foi firmado nenhum convênio. O convênio com a assembleia legislativa graças a Deus foi repassado segundo aquilo que tinha sido determinado, o com a prefeitura as vezes existem vários atrasos no repasse, então a gente vive essa dificuldade de muitas vezes faltar né as coisas necessárias mesmo para a sobrevivência mesmo das meninas porque como qualquer outra adolescente tem várias necessidades, devido a esses atrasos a gente as vezes sofre muita dificuldade.

Qual o público que o Lar Betânia atende na sua maioria?

- São meninas de 09 a 18 anos incompletos e a gente tem também um centro profissionalizante que oferece cursos pra essas meninas que são acolhidas mas também pra população que se interesse.

Como você analisa o processo de saída das meninas aqui do Lar?

- Assim, desde quando eu entrei que foram desligadas 4, elas retornaram pra família biológica e depois que são desligadas elas ainda são acompanhadas pela justiça através da gente por 6 meses, a gente faz visita a essas famílias pra vê como que elas estão né, orienta as famílias, ajuda no que a gente tem a possibilidade de ajudar. Uma foi adotada, tá bem graças a Deus e a gente tenta continuar né ajudando naquilo que as nossas possibilidades nos permite ajudar.

Então tem a realidade de meninas que passam pelo processo de adoção quando elas saem do lar?

- Sim, sim, acontece. O ano de 2018 foram adotadas 3, mesmo nessa idade que a gente chama “idade tardia” né, uma tinha 11 anos, as outras acho que tinha 13 e 14 anos, agora início de 2019 foi adotada uma com 15 anos, ainda tem assim pessoas que acolhem né.

Porque tem essa dificuldade né, as pessoas preferem crianças...

- Sim, a preferência é de crianças até no máximo 5 anos, depois dessa idade já é mais complicado.

Esse processo de adoção para as meninas aqui dentro é bem tranquilo? Elas lidam tranquilamente com isso ou algumas tem receio de serem adotadas?

- Sim, existe alguma resistência de algumas, talvez por medo né de sofrer tudo aquilo que ela já sofreu porque a maioria, pra não dizer todas tiveram muito essa rejeição das famílias, talvez não acreditem né se a própria família biológica não soube cuidar, não soube amar, não acredita que outra pessoa seja capaz disso. Existe também aquelas que o sonho é serem adotadas mas existe aquelas que falam que não quer, que não tem esse desejo de ser adotada.

E você considera que deveria haver uma maior estrutura e atenção voltada para as adolescentes vítimas de violência sexual? Porque o Lar Betânia eu acho que só existe esse abrigo aqui em Santana e em Macapá eu acho que existe um.

- Nessa modalidade casas lares em todo o estado do Amapá a gente é a única casa que tem essa modalidade casas lares, existem outros abrigos como você mesma já disse né, tem em Macapá eu acho que um abrigo que acolhe adolescentes e um outro abrigo que acolhe menores de 12 anos eu acho. Aqui a gente tem o abrigo municipal né e o nosso, só que em modalidade casas lares em todo o estado do amapá é só a gente que trabalha. É uma família mesmo, a gente tenta se aproximar o máximo.

Existem abrigadas que tem contato com a família? E como se dá esse processo?

- A partir do momento que elas entram é feito a restituição dos laços familiares, a gente busca a família delas, família biológica, o pai, a mãe, os tios, os avós pra restituir esses laços que foram quebrados, então o objetivo é restituir a família delas, mas existem casos que a própria justiça determina que elas não podem ter contato com a família porque a família de certa forma causa prejuízos, danos morais a essa adolescente, mas o foco é o retorno dela pro seio familiar aí é feito todo um trabalho com a família, a gente encaminha pro CAPES, pro CREAS pra tentar reestruturar a família.

E como se dá o processo de acolhimento dessas meninas? Desde o primeiro momento, como que acontece pra elas virem pra cá, o processo institucional

- Elas chegam pra gente através de ordem judicial, a gente só acolhe por ordem judicial, foi detectado a violação de seus direitos na família aí a justiça determina o acolhimento.

Quantas meninas estão abrigadas no lar atualmente, irmã?

- Hoje nós temos 17 abrigadas, na verdade a gente tem capacidade pra 30, se houver a necessidade a gente pode acolher até 10 em cada casa, hoje a gente trabalha com 8 porque não tem ainda a necessidade, mas se houver a necessidade a gente pode acolher ate 30.

O que você considera que seria algo que poderia dá um aparato maior de sustentabilidade de vida quando elas alcançam a maioridade?

- Não sei, talvez assim mais acesso a trabalho mesmo ne, a esses aceitos públicos que existem, esses órgãos públicos de ajuda porque assim, não é porque ela saíam que tudo foi solucionado né, existe ainda um processo, um caminho a ser seguido ainda e que elas vao precisar de acompanhamento então eu acho que seria mais um estreitamento desse órgãos públicos tanto a saúde mental como a saúde física, é acompanhar melhor, de perto

Irmã, falando um pouco sobre a congregação de vocês, como é pra vocês atuarem na própria questão de lidar com essas meninas? Lidar com uma realidade tão delicada que foge de questões que a gente conhece.

- Nós somos uma congregação religiosa, o nome da congregação é Discipulas de Jesus eucarístico, é de origem italiana e a gente tem casa em vários lugares do mundo, em todos os continentes a gente tem casa. No Brasil a gente tem 7 casas, a gente trabalha com essa obra de acolhimento pra meninas, a gente tem duas casas aqui, em Minas Gerais a gente tem uma outra casa que trabalha com esse mesmo tipo de acolhimento e também com creches, lar pra idosos e assistência as famílias pra que não chegue a esse ponto da criança ser retirada da família. E a gente sempre tenta ver elas né como um presente que Deus ofereceu pra gente, pra gente cuidar da melhor forma, então a gente busca sempre nas orações, na nossa oferta diária oferecer pra elas aquilo que de certa forma foi negado a elas.

ANEXO 4 - ENTREVISTA COLETIVA (NA PRESENÇA DA ASSISTENTE SOCIAL)

CASA AZUL

Meninas entrevistadas: 13 aos 16.

Como vocês se sente morando no Lar?

- Bem. Acho legal
- Eu acho bom, legal..
- É, aqui é legal, é bom também.
- É legal, é bom, é tudo né, mas as vezes dá uma vontade de sair.

O que vocês consideram que não seja tão bom assim? Porque sempre tem o lado bom e ruim de tudo né.. o que vocês consideram o lado ruim?

- Eu acho que pra mim é a liberdade porque uma liberdade assim na vida da gente é uma coisa boa e as vezes eu me sinto triste aqui dentro, mas como diz a esperança é a última que morre e é isso.

Mas vocês saem? Vocês passeiam?

- Sim, as vezes sim.
- A gente faz passeio só nas férias né, porque no meio do ano não..
- A gente vai pra terreno, quando foi? Semana passada a gente foi pra Fortaleza de São José fazer piquenique..

Como é a relação de vocês com as irmãs? Com as pessoas que trabalham aqui, com as mães sociais...

- A minha é boa
- A minha também
- A assistente social é gente boa, tia Rose é nova aqui, agora que eu tô assim com ela ainda, não sou muito apegada.

E a relação de vocês com a mãe social?

- A tia Sheila.. ah, é muito bom. Todas as mães aqui são boas.
- Trocamos bastante conselhos.

O que vocês mais gostam de fazer aqui dentro do Lar?

- Eu gosto de assistir televisão
- Assistir filme
- A gente gostava bastante de brincar na quadra, agora ninguém brinca mais, tá todo mundo crescendo agora (risos)

Como é a rotina de vocês dentro do Lar?

- A mesma coisa todo dia.
- A gente acorda 7 horas, a gente tem que limpar a casa, cada uma tem sua tarefa, aí depois que a gente faz isso pode ficar assistindo televisão alguma coisa assim, aí quando é de manhã quem tem que ir pro curso faz sua tarefa antes e vai pro curso depois e de tarde é a mesma coisa. De tarde as vezes a gente limpa de novo o quarto, a sala, sempre a sala né..
- É, aqui merenda.

Se vocês pudessem definir o Lar Betânia em uma palavra ou várias, como vocês definiriam o que vocês vivem aqui hoje?

- Alegria pra mim, eu sou bem feliz aqui assim né
- Olha, eu também, me sinto feliz, alegre, mas tem vezes que não dá né, sinto falta da família...
- Acho legal e as vezes dá vontade de sair.
- Eu acho aqui um pouco triste assim,

Pela rotina?

- é, mais ou menos...

O que tu acha que poderia acontecer que deixaria de ser triste?

- Eu sair daqui, morar com a minha família, minha vontade é disso, sair daqui e morar com a minha família de novo.

Vocês tem contato com a família de vocês?

- Duas tem. Outras duas não. Só uma recebe visita, a outra não.

O que vocês gostariam que tivesse de diferente dentro do lar?

- Academia (risos)
- Eu acho que aqui tem tudo mas não sei, não sei explicar... A única coisa da gente é só a liberdade né.

Qual seria a maior dificuldade a respeito da permanência no Lar? Dividir casa com tantas pessoas?

- Depende, quando uma pessoa some alguma coisa a pessoa apronta as vezes a culpa cai na gente
- Eu sempre tive vontade de morar assim com um bocado de menina assim, como é que ia ser e hoje eu me arrependo (risos)
- Às vezes tem isso que acontece, a gente não se dá bem com outra pessoa aí fica chato pra ti morar com ela

Como vocês se imaginam ao saírem do lar?

- Nem sei.. agora que eu tô caminhando pra vida ainda. Parece que as vezes é tudo novo pra gente quando a gente estreia alguma coisa nova né, tipo assim trabalhar eu nunca pensei que eu ia trabalhar porque eu vou começar a trabalhar agora né, aí eu ficava assim: “como é que vai ser meu Deus trabalhar?” fico pensando “como é que vou sair daqui um dia” “será que eu vou passa dificuldade lá fora ou não?” porque aqui a gente não se preocupa com comida, nada né, aqui tudo tem, agora quando eu sair daqui de dentro pra fora eu não sei...

Vocês acreditam que quando saírem daqui tudo vai mudar pra melhor?

- Eu acho que não muito pro melhor, mais ou menos mas é a vida, tem que seguir ela
- Tudo na vida tem uma complicação né

O que vocês esperam de perspectiva de vida? A respeito de futuro pessoal, financeiro, o que vocês esperam ao sair daqui? O que gostariam que acontecesse?

- Eu quero me formar primeiro né, pra depois trabalhar na área que eu goste.
- Terminar meus estudos, me formar também numa área que eu gosto né.

Vocês sempre pensam em sair daqui e encontrar a família de vocês?

- Duas responderam que sim

- Eu tenho tanta vontade de encontrar minha irmã..

Existe algum medo em relação a saída de vocês do Lar?

- Acho que o meu medo é tipo como a gente tá aqui né, a gente pensa que quer fazer faculdade, a gente sair e dá tudo errado
- Não tenho ainda. Só penso em sair.